



[Handwritten signature]

ATA N.º 10 – Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pela 1.ª Secretária da Mesa, Sr.ª Maria José Ferreira dos Santos, no seu início e enquanto verificada a ausência do Sr. Presidente da Assembleia – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, integrando ainda a Mesa o 2.º Secretário, Sr. Mário Jorge de Castro Reis, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 9 – Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal;
- 4 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2014;
- 5 – Revisão Orçamental
 - 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita
 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa
 - 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI
 - 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal – PAM;
- 6 – Relatório de Gestão e Contas de 2014 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (para conhecimento);
- 7 – Europarque – Acordo de cedência de utilização entre o Estado Português e o Município de Santa Maria da Feira;
- 8 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira
 - Transmissão de participações sociais;
- 9 – Proposta de isenção de taxas de ocupação de espaço público ao Clube Desportivo Feirense;
- 10 – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno sito em Escapães;
- 11 – Programa Movimento e Bem-Estar – Transferência de Verbas;
- 12 – Espaço Cidadão/Mini lojas do Cidadão (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento);



4-
H
L

- 13 – Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação do ano de 2014 (para conhecimento); -----
- 14 – Relatório n.º 759/2011, da Inspeção-Geral de Finanças, relativo a Auditoria ao Município de Santa Maria da Feira – Controlo das Despesas com Pessoal (para conhecimento); -----
- 15 – Zonas Industriais. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e por todos os Srs. vereadores do Executivo, nomeadamente os vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos, Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira e Mário António Pinho de Oliveira. -----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Iniciou por dar nota que o Sr. Presidente da Assembleia iria chegar mais tarde à sessão uma vez que, devido às funções que desempenha como Deputado na Assembleia da República, em Lisboa, não lhe foi possível chegar a tempo para dar início a esta sessão, salientando que, enquanto o mesmo não chegasse, presidiria à Mesa desta Assembleia, conduzindo os respetivos trabalhos. -----

De seguida, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de seis credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: -----

- Argoncilhe (PSD): delegada a representação no Secretário do Executivo – Manuel Pereira dos Santos; -----
- Arrifana (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Rui Miguel Correia de Sá; -----
- Fiães (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Manuel Joaquim Cardoso de Pinho; -----
- Nogueira da Regedoura (PS): delegada a representação no Secretário do Executivo –



Fernando Ferreira Sousa; -----
– União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros (PSD): delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Paulo Sérgio Valinho Luís; -----
– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Fernando Adriano de Sousa Pinho.-----
Comunicou, também, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira, fez chegar à Mesa uma justificação de falta, onde informa não poder estar presente nesta sessão da Assembleia nem poder delegar a sua representação uma vez ter sido agendada, para o mesmo dia e hora, uma sessão da Assembleia de Freguesia de Romariz.-----
Informou, ainda, que os membros Adriana Marisa da Silva Cardoso (PSD), Serafim Manuel Rocha Guimarães (PSD) e Manuel Amorim Duarte (PS) solicitaram, nos termos da Lei, serem substituídos na presente sessão dada a impossibilidade em estarem presentes – a deputada municipal Adriana Cardoso por se encontrar ausente do País, o membro Serafim Guimarães por motivos familiares, e o membro Amorim Duarte por motivos de saúde. -----
Deu nota da substituição dos membros Adriana Cardoso e Serafim Guimarães pelos dois cidadãos a seguir na lista do PSD, respetivamente os cidadãos Juliana Canedo Rocha e João Luís Almeida Cunha, que se encontravam presentes para o efeito.-----
Quanto à substituição do membro Amorim Duarte, informou que o cidadão seguinte na lista do PS, Telmo André dos Santos Gomes, comunicou não poder estar presente na sessão, por motivos profissionais, e pediu para ser substituído. Verificando que a cidadã seguinte dessa lista, Margarida Arcelina Assunção Alfama, se encontrava presente para o efeito, informou que a mesma substituíra, na sessão, o membro Amorim Duarte. -----

Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes, naquele momento, os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Pelo grupo municipal do PSD: José Manuel Milheiro de Pinho Leão; António André da Silva Topa; José Fernando Moreira; António Domingues Pereira; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Gastão Valente Pinto da Silva; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide



5
11/4
llf.

Pinto Maio; Bernardino Manuel Martins do Couto; Justino de Amorim Pinto; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; -----

Pelo grupo municipal do PS: Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Márcio Santos Correia; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Eduardo José da Costa Pereira da Rocha; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Carla Marisa Pimentel Pereira; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Milheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Maria Manuela da Silva Teixeira;-

Pela CDU: Filipe Ramiro Tavares Moreira; -----

Pelo BE: Moisés Salvador Coelho Ferreira; -----

Pelo CDS-PP: Válter José Mendes de Amorim; -----

Independente: Amaro Bento Silva Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver. -----

Entraram, no decorrer da sessão, os membros Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria (PSD) e José Carlos Pinto da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos (PSD). -----
Faltaram à sessão os membros Armando Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa (PSD), e Manuel Jacinto da Conceição Moreira – Presidente da Junta de Freguesia de Romariz (PSD). -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem



- consultar, caso o pretendessem. -----
- É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2015: -----
- “Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “Destruição de património do concelho que deve ser protegido e classificado” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 27/02/2015; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Filipe Moreira, através dos requerimentos sobre “Rio Meão – Inundações causadas pelas chuvas”, “Águas poluídas a céu aberto na freguesia de Rio Meão”, “Pavilhão na freguesia de Gião” e “Cruzamento da Portela – Paços de Brandão” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 27/02/2015;-----
 - Convite da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, da União das Misericórdias e da União das Mutualidades, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar no I Encontro Nacional das Instituições de Solidariedade, que se realizou nos dias 6 e 7 de março de 2015; -----
 - Ofício da Chefe de Divisão de Bibliotecas e Arquivo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a oferta do livro “Mouzinho Flores: um eixo de mudança para o centro histórico”; -----
 - E-mail da Omnitur – Agência de Viagens e Turismo, Lda., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando de programa de alojamento que preparou para os participantes no XXII Congresso da ANMP, que se realizou nos dias 27 e 28 de março de 2015, em Troia; -----
 - E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento no âmbito da cedência do complexo do Europarque ao Município de Santa Maria da Feira;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pela deputada municipal Margarida Gariso, no âmbito da cedência do complexo do Europarque
-



5.
ll
llll

- ao Município de Santa Maria da Feira;-----
- Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 23 de fevereiro de 2015; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo teor da moção aprovada por aquele órgão, no âmbito do combate à corrupção;-----
 - Convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Trofa, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Coronado (São Romão e São Mamede) e do Escultor Alberto Carneiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na inauguração do Monumento “Jardim Escultura Alberto Carneiro 1997-2014”, levada a efeito no dia 11 de março de 2015;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião que aquele Conselho Municipal realizou no passado dia 18 de março de 2015; -----
 - E-mail do membro Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos, subordinados aos assuntos “ACT nas instalações da empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto E.M.” e “Licenciamento de hostel na Praça da República”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimentos apresentados pelo membro Moisés Ferreira, subordinados aos assuntos “ACT nas instalações da empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto E.M.” e “Licenciamento de hostel na Praça da República”;-----
 - E-mail da Junta de Freguesia de Rio Meão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando de alteração da composição da Assembleia de Freguesia de Rio Meão, em virtude da renúncia ao mandato de Filipe Edgar Reis Dias, tendo sido substituído por Sandra Cristina Ferreira Pinho;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério da
-



J
A/P
seef.

- Saúde pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre o Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga; -----
- Ofício do Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos – eleito por esta Assembleia para representar as Juntas de Freguesia do Concelho no XXII Congresso da ANMP, realizado nos dias 27 e 28 de março – remetendo o respetivo cartão de delegado ao referido congresso;-----
 - Ofício do Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia, remetendo o respetivo cartão de delegado ao XXII Congresso da ANMP, realizado nos dias 27 e 28 de março;-----
 - Convite da Paróquia de Arrifana, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na Eucaristia de Ação de Graças à Serva de Deus Ana de Jesus Maria José de Magalhães, por ocasião dos 140 anos da sua morte, bem como a abertura da Exposição intitulada “Uma Vida para Deus”, realizada no dia 25 de março de 2015; -----
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 9 de março de 2015; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “ACT nas instalações da empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto E.M.” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 24/03/2015; -----
 - Convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Fafe, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para o evento “Terra Justa – Encontro Internacional de Causas e Valores da Humanidade”, que se realizou de 7 a 11 de abril de 2015;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, ao Pe. Sérgio Filipe Pinho Leão – Paróquia de Arrifana, agradecendo o convite para a Eucaristia de Ação de Graças à Serva de Deus Ana de Jesus Maria José de Magalhães, realizada no dia 25 de março de 2015, bem como informando da impossibilidade de estar presente à mesma, por se encontrar, nesse dia, em Lisboa; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
-



- remetendo, para os efeitos previstos no artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, o Relatório de Avaliação do ano de 2014; -----
- Ofício do Sr. Presidente do Conselho da Comunidade do ACES Feira/Arouca, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando da realização de uma reunião daquele Conselho, no dia 14 de abril de 2015 – que foi reencaminhado ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, como representante eleito pela Assembleia Municipal para o referido Conselho;-----
 - Convite do Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar nas Cerimónias da Quinta-Feira Santa, promovidas pela Santa Casa no dia 2 de abril de 2015;-----
 - E-mail do membro Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo nota informativa da CDU no âmbito da obra na Pedreira das Penas, solicitando que a mesma fosse feita chegar à Câmara Municipal;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, e por solicitação do membro Filipe Moreira, nota informativa da CDU no âmbito da obra na Pedreira das Penas;-----
 - Convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal, em parceria com a FapFeira – Federação de Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na sessão de abertura da 4.ª edição da Feira das Profissões, que se realizou no dia 16 de abril de 2015;--
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pela deputada municipal Margarida Gariso, através de requerimento no âmbito do Europarque – ofício que foi enviado àquela deputada municipal em formato digital, por e-mail, em 01/04/2015;-----
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 23 de março de 2015;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros da Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no passado dia 13 de abril de 2015; -----
 - Ofício da Auditora-Coordenadora da Direção-Geral do Tribunal de Contas, ao Sr.
-



- Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar do Despacho Judicial n.º 3/2015-EC – 9.ª alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;-----
- E-mail do membro Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Resultados do Programa de Apoio aos Estratos Sociais Desfavorecidos”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira, subordinado ao assunto “Resultados do Programa de Apoio aos Estratos Sociais Desfavorecidos”; -----
 - Convite da Diretora Executiva do FICIS – Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para visitar aquele Fórum, que decorreu de 16 a 19 de abril de 2015;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “Licenciamento de hostel na Praça da República” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 11/04/2015; ---
 - Ofício da CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, com conhecimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo parecer daquela Comissão sobre a Revisão do PDM de Santa Maria da Feira; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia do Relatório n.º 759/2011, da Inspeção-Geral de Finanças, no âmbito da auditoria ao município de Santa Maria da Feira sobre o Controlo das Despesas com Pessoal;-----
 - Convite da GTI – Gestão, tecnologia e Inovação, SA., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para os eventos FCIS – Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis (16 a 19 de abril de 2015), e para a Conferência sobre Portugal 2020 (20 de abril de 2015);-----
 - E-mail do membro Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Paços de Brandão – atentado urbanístico”;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da
-



Handwritten signature and initials.

- Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Paços de Brandão – atentado urbanístico”;
- E-mail do membro Márcio Correia, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015, do assunto “Espaço Cidadão/Mini Lojas do Cidadão”;
 - Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Comemoração do 94.º Aniversário daquela Associação, a realizar no dia 1 de maio de 2015;
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2015, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia;
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2015, e indicando a respetiva Ordem do Dia;
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 7 de abril de 2015;
 - E-mail da deputada municipal Adriana Cardoso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015, por se encontrar ausente do país, solicitando a sua substituição na referida sessão;
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos membros da Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no passado dia 27 de abril de 2015;
 - E-mail de Pedro Santos Pires, da Juventude Social Democrata de Mirandela, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando algumas informações a respeito do funcionamento deste Órgão, no âmbito de estudo sobre a participação dos municípios nas sessões das Assembleias Municipais;
 - E-mail do membro Manuel Amorim Duarte, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal,



5.
//
reg.

- informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015, por questões de saúde, solicitando a sua substituição na referida sessão;-----
- E-mail do membro Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Despedimento de trabalhadores do Europarque”;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira, subordinado ao assunto “Despedimento de trabalhadores do Europarque”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2015;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2015;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2015;-----
 - Convite do Comandante da Brigada de Intervenção e do Comandante do Regimento de Engenharia N.º 3, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir ao Concerto da Banda Sinfónica do Exército, no dia 6 de maio de 2015, bem como à Cerimónia Militar comemorativa do 39.º aniversário daquele Regimento, no dia 8 de maio de 2015;-----
 - E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015, em virtude de se realizar uma sessão da Assembleia de Freguesia no mesmo dia, delegando a sua representação no Vogal daquele Executivo – Manuel Pinho;-----
 - E-mail de Telmo Gomes (cidadão seguinte na lista eleitoral do Partido Socialista), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão



5
M
Key

- ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição na referida sessão; -----
- E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo três requerimentos, no âmbito dos assuntos “Plano de Desenvolvimento Económico e Empresarial para o Concelho”, “Zonas Industriais” e “Posturas de Trânsito”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, três requerimentos apresentados pela deputada municipal Margarida Gariso, no âmbito dos assuntos “Plano de Desenvolvimento Económico e Empresarial para o Concelho”, “Zonas Industriais” e “Posturas de Trânsito”; -----
 - E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento no âmbito do assunto “USF de Argoncilhe”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pela deputada municipal Margarida Gariso, no âmbito do assunto “USF de Argoncilhe”; -----
 - E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015, em virtude de se encontrar ausente do País, delegando a sua representação no Secretário daquele Executivo – Fernando Ferreira Sousa; -----
 - E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015, em virtude de se realizar uma sessão da Assembleia de Freguesia no mesmo dia e hora, bem como informando não poder delegar, por esse mesmo motivo, a sua representação nesta sessão; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Filipe Moreira, através de requerimento sobre o assunto “Paços de Brandão – atentado urbanístico” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 29/04/2015; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia
-



Handwritten signature and initials.

- Municipal, remetendo esclarecimentos às questões suscitadas pelo membro Filipe Moreira, através da nota informativa da CDU sobre a Pedreira das Penas – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 29/04/2015; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo esclarecimentos às questões suscitadas pela deputada municipal Margarida Gariso, através de requerimento sobre o assunto “Zonas Industriais” – ofício que foi enviado àquela deputada municipal em formato digital, por e-mail, em 29/04/2015; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “Resultados do programa de apoio aos estratos sociais desfavorecidos” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 29/04/2015; -----
 - E-mail do membro Serafim Guimarães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015, por compromissos inadiáveis de natureza familiar, solicitando a sua substituição na referida sessão; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pela deputada municipal Margarida Gariso, através de requerimento sobre o assunto “USF de Argoncilhe” – ofício que foi enviado àquela deputada municipal em formato digital, por e-mail, em 30/04/2015; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pela deputada municipal Margarida Gariso, através de requerimento sobre o assunto “Programa de apoio a projetos culturais do concelho” – ofício que foi enviado àquela deputada municipal em formato digital, por e-mail, em 30/04/2015; -----
 - Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício*, introduzindo o período em epígrafe, deu nota da existência de três moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda e uma apresentada pelo



Handwritten initials and signature.

Partido Socialista – documentos que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão para serem apreciadas nesta sessão e que, entretanto, foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia. Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre esses documentos. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar as moções cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“1.º DE MAIO -----

A 1 de Maio comemora-se o Dia do Trabalhador. Ficou para a História a greve geral e as manifestações dos trabalhadores de Chicago que em 1886 reivindicaram uma jornada de trabalho de 8 horas diárias. -----

O Dia do Trabalhador representa a luta e conquista de direitos dos trabalhadores contra a exploração a que são submetidos. Não é por acaso que este dia apenas se tenha comemorado livremente em Portugal depois do 25 de Abril. Porque até lá a lei era a exploração. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira deve deixar uma palavra a todas e todos os trabalhadores do concelho e deve assumir uma postura de defesa dos seus direitos, principalmente numa altura em que vivemos um momento de forte ataque do capitalismo que procura uma maior transferência de riqueza do trabalho para o capital. -----

O aumento do horário do trabalho imposto pelo atual Governo, assim como a redução da remuneração por trabalho extraordinário ou o corte no salário direto e indireto fizeram recuar as condições de vida dos trabalhadores. Nos últimos anos o salário desvalorizou-se e há uma nova geração que só sabe o que é o salário de 500€. -----

As conquistas que gerações de trabalhadores conquistaram - muitas vezes com a sua própria vida - estão a ser desmanteladas, piorando as condições de vida dos trabalhadores para conseguir concentrar a riqueza na mão de meia dúzia. -----

Perto das comemorações do 1.º de Maio não se pode aceitar que o Governo PSD/CDS continue a cortar nos salários, continue a defender uma economia baseada em baixos salários e continue a defender a redução de funcionários; da mesma forma que não se pode aceitar que o programa macroeconómico apresentado pelo PS abra a porta a despedimentos mais fáceis



por via do contrato único; ou que ambos apostem na descapitalização da segurança social, que representa uma conquista fundamental dos trabalhadores: o direito à reforma e ao apoio em situações de doença ou desemprego. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 30 de abril de 2015, delibera: -----

1. Associar-se à celebração e às manifestações do 1.º de Maio, por um salário justo e por um emprego com direito. -----

2. Que na defesa dos trabalhadores feirenses, devem ser extintas as medidas de austeridade que cortaram salários e devem ser rejeitadas todas as medidas que coloquem em causa a segurança social.” -----

“REJEITAR O ENCERRAMENTO DO GASJ-----

O Bloco de Esquerda teve conhecimento que foi encerrado definitivamente o GASJ (Gabinete de Atendimento à Saúde Juvenil) que funcionava no Centro de Saúde de Santa Maria da Feira, todas as 4.ª feiras à tarde. Este serviço destinava-se a todos os jovens até aos 24 anos que procuravam apoio nas mais diversas áreas do desenvolvimento, com especial destaque na área da sexualidade e educação sexual. -----

A equipa do GASJ era constituída por Enfermeiro, Médico, Psicólogo e Assistente Social e entre as atividades desenvolvidas destacavam-se as seguintes: -----

- Distribuição gratuita de preservativos e contraceptivos orais (pílulas); -----

- Promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis; -----

- Apoiar psicologicamente adolescentes e jovens em situações de violência, de gravidez não desejada e/ou de problemas alimentares; -----

- Esclarecimento de dúvidas sobre sexualidade, contraceção, planeamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, exames periódicos, alimentação, álcool, tabaco, drogas. -----

Para além de ser completamente gratuito, este atendimento é da maior importância para a juventude e para o desenvolvimento saudável. Lembremos apenas que a educação sexual nas escolas continua a ser uma miragem e que a informação sobre a vivência da sexualidade é da maior importância para a prevenção de doenças e para o combate a outras situações como a gravidez adolescente e/ou indesejada. -----

Com o encerramento do GASJ está a destruir-se mais um serviço de crucial importância nas



Handwritten signature and initials.

políticas de saúde direcionadas aos jovens. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 30 de abril de 2015, delibera: -----

1. Rejeitar o encerramento do Gabinete de Atendimento à Saúde Juvenil, por este ser um serviço importante para a prevenção de doenças e comportamentos de risco nos jovens; -----
2. Exigir a reabertura deste Gabinete, assim como uma melhor divulgação do mesmo; -----
3. Articular o funcionamento deste Gabinete com outras unidades de saúde e com a comunidade escolar do concelho;-----
4. Reforçar o horário de atendimento do mesmo. -----

Esta Moção, a ser aprovada deve ser enviada ao Governo e a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.”-----

“RECUSA O AUMENTO DO PREÇO DA ÁGUA -----

Já não há dúvidas de que a concessão da distribuição de água à Indaqua foi uma péssima decisão, em especial para os feirenses que pagam uma fatura caríssima por esse negócio.-----
O relatório do Tribunal de Contas de 2014 mostra de forma clara que esta PPP é altamente lucrativa para o privado, sendo a que apresenta uma das maiores taxas de rentabilidade. A água é um bem público e não deve ser apropriado por nenhum interesse privado. Por isso é que o Bloco de Esquerda tem defendido a sua remunicipalização. -----

Sabemos que no passado, todo e qualquer processo de reequilíbrio financeiro foi feito a favor da Indaqua e contra os interesses dos consumidores. Esses processos resultaram na extensão do contrato de exploração, no pagamento de compensações ou no aumento das tarifas da água. No final, os feirenses foram sempre penalizados apenas porque a Indaqua queria garantir a sua renda garantida. -----

Atualmente está a decorrer um novo processo de negociação de reequilíbrio financeiro e, mais uma vez, existe a hipótese de esta negociação representar um aumento das tarifas da água, ou seja, aumento o preço da água.-----

Esta é uma situação inadmissível. Basta olhar para a fatura da água no concelho para se perceber que ela já é incomportável para muitas famílias. Não se podem aceitar novos aumentos a favor da Indaqua. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 30 de abril de 2015,



[Handwritten signature]

delibera: -----

1. Rejeitar qualquer novo aumento de tarifas ou taxas que encareçam, mais uma vez, a fatura da água no concelho.” -----

Intervio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) para apresentar a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“PROCESSO DE ENCERRAMENTO DO POSTO DE SAÚDE DE SANGUEDO-----

O PS/Feira e o seu grupo representativo na Assembleia Municipal, coloca-se ao lado da população de Sanguedo e da sua Junta de Freguesia, manifestando o seu repúdio pela forma como foi conduzido todo o processo que culminou no encerramento do Posto Médico de Sanguedo com a transferência destes serviços para a Unidade de Saúde Familiar de Argoncilhe.-----

Evidencia-se o forte empenho revelado ao longo deste processo pela atual Junta de Freguesia de Sanguedo, que sempre lutou para manter este serviço de proximidade à população que representa;-----

Porém, apesar de todos os intensos esforços realizados junto das instituições responsáveis, principalmente, junto do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Feira/Arouca, através da sua Diretora Executiva, Dr.^a Ana Prata, assim como junto do Sr. Presidente da Câmara, não conseguiu evitar este desfecho;-----

Acontece que para além desta situação, denota-se aqui uma total falta de consideração e respeito pela população, por todos os intervenientes, assim como todas as partes interessadas, principalmente o executivo autárquico local, também proprietário do edifício onde está instalado o Posto Médico, a custo “0”, visto que não houve qualquer esclarecimento à população acerca da prossecução dos seus direitos no acesso ao Sistema Nacional de Saúde, as alternativas disponíveis e a fundamentação concreta para esta decisão.-----

Pelo supra exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária a trinta de abril de 2015, recomenda que esta Assembleia Municipal expresse aos órgãos competentes: Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde e Grupos Parlamentares: -----

1. Manifestar a sua discordância pela forma como todo este processo foi tratado pelas instituições competentes, nomeadamente o ACES Feira/Arouca, junto da população



Handwritten signature and initials.

- utilizadora da Unidade de Saúde de Sanguedo e da Junta de Freguesia de Sanguedo; -----
2. Manifestar a sua preocupação pelas consequências deste encerramento para a população de Sanguedo, composta por muitos idosos e portanto, com dificuldades de mobilidade, muitos deles, sem transportes para se deslocarem para a Unidade de Saúde Familiar de Argoncilhe, devido à ausência de uma rede de transportes públicos, o que vai limitar a sua acessibilidade aos serviços de saúde com a perda de um Serviço de maior proximidade; -----
 3. Recomendar à Câmara Municipal que na sua obrigação de articulação com o ACES, em matérias de saúde, promova uma sessão de esclarecimento junto da população, de forma a clarificar as pessoas quanto às alterações resultantes na prestação de cuidados de saúde e apresentando alternativas, nomeadamente de transportes, para a deslocação dos cidadãos de Sanguedo para a nova Unidade de Saúde Familiar; -----
 4. Enviar a presente moção a todas as instituições competentes na área da Saúde: ACES Feira/Arouca, ARS Norte, Ministério da Saúde e Junta de Freguesia de Sanguedo.” -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que, começando por referir-se às moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, salientou, em relação à moção sobre o 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, que esse dia é festejado a nível mundial e que não é pertença de nenhum partido político ou de uma orientação político-partidária, mas sim que diz respeito àqueles que trabalham ou que, eventualmente, trabalharam. Referiu que o CDS-PP é do entendimento que a moção é substancialmente politizada e que, por isso, a votava contra. -----

Em relação à moção sobre a recusa do aumento do preço da água, disse ter a concordância do CDS-PP porque também considera a água como um bem essencial, dos mais preciosos para a Humanidade porque, sem ele, não há vida, frisando que um novo aumento do preço seria pouco positivo para os feirenses e, também, para o Município, atendendo às recomendações que foram feitas por quem analisou o contrato da concessão. -----

Quanto à moção apresentada pelo Partido Socialista sobre o processo de encerramento do Posto de Saúde de Sanguedo, disse compreender o transtorno que tal encerramento terá provocado aos cidadãos de Sanguedo e que se sintam lesados, comentando que tal se deveria ao facto de não terem recebido uma explicação cabal e sucinta sobre a situação. Lembrou que o Partido Socialista foi o veículo inicial das USF e que os estudos mostram uma grande taxa de satisfação e sucesso dessas unidades de saúde, destacando que as pessoas de Sanguedo



Handwritten signature and initials.

ainda não haviam tido a possibilidade de poder usufruir deste género de estrutura. -----
Referiu que todos já terão concluído que ter as capelas todas junto à porta não resulta e não traduz qualidade, em particular quando se fala da Saúde, reafirmando que, apesar de compreender a parte emotiva das pessoas de Sanguedo, não acompanhava essa moção. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que, a propósito da intervenção do membro Válder Amorim, frisou que, independentemente do tipo de opção ou da opinião que se possa ter do desfecho do encerramento do posto médico de Sanguedo e da transferência dos seus utilizadores para a USF de Argoncilhe, há uma questão que é central e que se prende com a forma como as pessoas estavam a ser completamente desconsideradas. -----

Disse que o grupo municipal do Partido Socialista não pode aceitar que um Centro de Saúde não preste qualquer satisfação pelo seu encerramento e que a própria Câmara Municipal, como parte envolvida e tendo um papel determinante no processo, também não o faça, dizendo considerar que a Câmara devia publicamente dizer se, de facto, também concorda com a forma como a população de Sanguedo está a ser tratada. -----

Realçou que a Junta de Freguesia de Sanguedo lutou, com todas as ferramentas e meios que possuía, até onde pôde, que foi até às mais altas instâncias mas que não conseguiu evitar o encerramento, salientando que, apesar da Junta de Freguesia ser dona do imóvel onde estava a funcionar o posto médico, a custo zero, mesmo assim não mereceu uma palavra de consideração. -----

Frisou que aquelas pessoas mereciam mais respeito e consideração por parte das instituições que deveriam estar a defendê-las e, como tal, o grupo municipal do Partido Socialista manifestava publicamente o seu repúdio pela forma como o processo foi considerado, em que as pessoas não contaram em absoluto. -----

Sobre as moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, disse que o grupo municipal do Partido Socialista concorda inteiramente com a moção que se insurge contra o encerramento do GASJ por considerar que esse gabinete dava um apoio importante aos jovens. Referiu que, uma vez mais, se estava a fazer um corte num serviço relevante e que, por isso, o grupo municipal do PS votava favoravelmente essa moção. -----

Disse que, de igual modo, o grupo municipal do Partido Socialista votava favoravelmente a moção sobre a recusa do aumento do preço da água por estar, a cada dia que passa, cada vez



[Handwritten signature]

mais convencido de que o contrato celebrado com a Indaqua Feira tem sido altamente lesivo para a população, ressaltando que o preço da água estava a aumentar substancialmente e que isso era bem visível nas faturas.-----

Referiu que o grupo municipal do PS receava que a renegociação estivesse feita e que, mais uma vez, fossem os cidadãos a pagar a fatura de um contrato que foi altamente lesivo para a população e, como tal, só podia estar a favor porque a moção defende o interesse da população e vai na linha daquilo que o Tribunal de Contas disse, na auditoria que realizou, quando censurou a Câmara Municipal pela forma como geriu todo o processo. -----

Em relação à moção sobre o 1.º de Maio, salientou que o 1.º de Maio é uma conquista de todos os trabalhadores e que, quem é trabalhador, só podia defender o 1.º de Maio e tudo o que está subjacente, mas que o grupo municipal do Partido Socialista não podia concordar com o que está dito na moção, ou seja, que o Partido Socialista, no seu programa macroeconómico, iria promover ou facilitar os despedimentos e iria descapitalizar a Segurança Social. Referiu que, devido a esse parágrafo, o grupo municipal do Partido Socialista não podia votar favoravelmente essa moção.-----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por, a propósito da última intervenção feita pela deputada municipal Margarida Gariso, dizer que a mesma, quando lhe interessa, leva em conta a substância da moção, como o fez a respeito da moção sobre o 1.º de Maio, mas que, quando não lhe interessa, como no caso da moção a respeito do aumento do preço da água, não leva em conta e, nesse caso, os contratos já não valem de nada e a demagogia pode imperar. -----

Disse que o grupo municipal do PSD estava solidário com todos os trabalhadores e que, se preciso fosse, propunha que todos se levantassem e dessem uma forte salva de palmas aos trabalhadores do Concelho mas que, devido ao que consta no texto da moção, era obrigado a votar contra.-----

Sobre o encerramento do GASJ, referiu que o grupo municipal do PSD é do entendimento que esse Gabinete prestava relevantes serviços e de grande utilidade e que, por essa razão, votava favoravelmente essa moção do Bloco de Esquerda. -----

Quanto à moção relativa ao aumento do preço da água, disse que era impossível votar favoravelmente uma moção que propõe rejeitar qualquer novo aumento de tarifas ou taxas que



[Handwritten signature]

encareçam, mais uma vez, o preço da água, ressaltando que era impossível porque a Assembleia não podia ir contra a lei. Disse que a deputada municipal Margarida Gariso é uma pessoa que está sempre atenta a todos os diários da república, regulamentos, contratos, etcetera, e que lhe parecia incrível que o grupo municipal do PS, liderado pela mesma, não olhe para o contrato celebrado com a Indaqua Feira e perceba que a Câmara tem de cumpri-lo, independentemente de defender os feirenses e todos os direitos legítimos que possibilitem a redução, ou pelo menos um menor aumento, do preço da água, frisando que não perceber isso é a demagogia a imperar.-----

A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) retorquiu, a partir do seu lugar, que o Partido Socialista votou contra o contrato da concessão, tendo o membro *António Topa* (PSD) replicado que o Partido Socialista votou a favor.-----

Ultrapassados esses apartes, o membro *José Manuel Leão* prosseguiu a sua intervenção aludindo à moção sobre o processo de encerramento do posto de saúde de Sanguedo, dizendo que queria relembrar ao grupo municipal do PS que o plano de reorganização dos cuidados de saúde primários do Concelho foi feito no tempo do Sr. Secretário de Estado Manuel Pizarro, era Primeiro-Ministro o Eng.º José Sócrates, e que esse plano foi muito elogiado, ressaltando que, nessa altura, já se sabia que não ia haver uma USF para cada freguesia do Concelho. -----
Concluindo, salientou que o grupo municipal do PSD votava favoravelmente essa moção pela forma errada como o processo foi conduzido pelo Centro de Saúde, destacando que a Câmara defendeu os feirenses da forma que pôde mas que não lhe competia decidir sobre o encerramento, ou não encerramento, do posto de saúde.-----

A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) usou novamente da palavra, começando por desafiar o membro António Topa a demonstrar, perante esta Assembleia, que o Partido Socialista votou a favor o contrato da concessão, ressaltando que isso é falso e que o Partido Socialista não votou a favor porque rapidamente verificou que se tratava de um contrato que seria lesivo para a população. -----

Disse, em relação ao encerramento do posto médico de Sanguedo, que o membro José Manuel Leão não centrou a questão naquilo que o grupo municipal do PS pretendia centrar, ou seja, na consideração que se deve ter pela população, informando-a do que vai acontecer, do porquê da decisão, bem como por que meios aquelas pessoas se poderiam deslocar para a



[Handwritten signature]

USF de Argoncilhe.-----
Referiu que a população de Sanguedo, e a respetiva Junta de Freguesia, mereciam mais consideração, como pessoas de bem que são, pelo que o grupo municipal do PS se insurgia contra o modo como as coisas estavam a ser tratadas em Sanguedo. -----

Interveio o membro *António Topa* (PSD) para, a respeito do desafio lançado pela deputada municipal Margarida Gariso, dizer que quem aprovou a concessão foi a Assembleia Municipal, e não a Câmara Municipal, e que, tendo participado dessa votação e pelo que se recordava, o grupo municipal do PS, na Assembleia Municipal, aprovou a concessão. Referiu que bastava consultar as respetivas atas para saber quantos deputados do PS votaram a favor e quantos votaram contra e, depois, tirar uma conclusão. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer, a respeito da moção sobre o encerramento do posto de saúde de Sanguedo, que o BE votava a favor, fazendo sobressair que o BE sempre teve muita preocupação com a situação da Saúde no Concelho, lembrando que recentemente o BE solicitou o agendamento de um ponto para que fosse discutida, nesta Assembleia Municipal, a situação da Saúde no Concelho. -----

Aludindo à unidade de saúde de Mozelos, disse parecer que a mesma está a ser deliberadamente boicotada por parte do ACES Feira/Arouca para, mais dia, menos dia, vir a encerrar, e que o BE via com muita preocupação essa situação porque estava a seguir o mesmo caminho do posto médico de Sanguedo. -----

Fez notar que o BE defende que todos os serviços, principalmente os da área da Saúde, devem ser serviços de qualidade prestados à população, não acreditando no discurso de que retirar serviços junto da população, para os centralizar nalgum sítio mais além, é melhorar esses serviços. -----

Disse que todos estariam lembrados da altura em que o anterior governo decidiu encerrar maternidades e urgências, ressaltando que o Hospital S. Sebastião encontra-se em risco permanente de rutura exatamente devido a esses encerramentos que foram efetuados na lógica de que centralizar é ter mais qualidade, quando não o é. Salientou que a mesma lógica está a ser seguida com o encerramento do posto médico de Sanguedo e que, dentro de 2 ou 3 anos, ver-se-ia se esta Assembleia Municipal não estaria a discutir a perda de qualidade dos serviços



D.
11
Def.

prestados à população. Reafirmou que o BE votava favoravelmente essa moção porque acredita que a Saúde deve estar o mais próximo possível da população, principalmente no que toca a cuidados de saúde primários. -----

O membro Moisés Ferreira referiu ainda, sobre a moção que apresentou em relação às tarifas da água, que o BE reiterava aquela que foi a sua posição de sempre, ou seja, a de ser contra a concessão da água à Indaqua Feira por considerar ser uma forma de dar negócio a privados, prejudicando os habitantes de Santa Maria da Feira, e por entender que todos os contratos de reequilíbrio financeiro realizados prejudicaram a população, apenas beneficiando a concessionária. -----

Frisou que, naquele momento, estava a ser feito um outro contrato de reequilíbrio financeiro que poderia trazer novos aumentos do preço da água, ressaltando que se a Assembleia Municipal estava na defesa dos interesses da população não podia fazer outra coisa que não repudiar esses aumentos. -----

Interveio novamente o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que, a propósito do encerramento da extensão de saúde de Sanguedo, lembrou as boas práticas que têm sido desenvolvidas no Concelho, no que diz respeito às USF. Deu, como exemplo, a USF de Santa Maria de Lamas para dizer que a mesma tem dois polos, tendo dias para funcionar em Santa Maria de Lamas e dias para funcionar em Paços de Brandão, e que o mesmo se passava com a USF que serve as freguesias de Nogueira da Regedoura e São Paio de Oleiros. Referiu que esse exemplo de funcionalidade poderia ser replicado em Sanguedo e em Argoncilhe, e que a estrutura existente em Sanguedo, a custo zero, podia ser aproveitada para esse efeito, salientando que essa solução poderia ter sido discutida, caso estivesse contemplada na moção. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, começando por fazer notar que a Câmara Municipal não foi informada do encerramento do posto médico de Sanguedo, salientando que ele próprio só soube do encerramento na quinta-feira anterior, quando recebeu um telefonema particular a informá-lo que, na segunda-feira seguinte, aquele posto iria encerrar, referindo que ainda tentou, na sexta-feira, evitar o encerramento, mas sem sucesso. -----

Esclareceu que a reorganização dos cuidados de saúde primários de Santa Maria da Feira resultou de um plano realizado, em 2007 e 2008, pelo Centro de Saúde de Santa Maria da



4
llp

Feira e que foi homologado, em 2009, pelo Sr. Secretário de Estado, recordando que foi feita a aposta nas USF uma vez ter sido considerado que dão uma excelente resposta aos interesses dos utentes, funcionando num horário mais alargado, das 8 às 20 horas, e com mais médicos ao serviço. -----

Referiu que, segundo se recordava, um dos pressupostos para a criação de uma USF era ter 5 ou 6 mil utentes, frisando que o trabalho foi desenvolvido no sentido de conseguir esse número, ressaltando que Sanguedo não cumpria esse requisito e que, portanto, não estava prevista a criação de uma USF naquela freguesia. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara reafirmou que o ACES não informou a Câmara do encerramento e que era da opinião que, caso a população tivesse sido devidamente preparada e enquadrada, e o processo conduzido de maneira pedagógica, não teria tido o impacto que estava a ter, acrescentando que estava convencido de que, dentro de alguns meses, a população estaria mais satisfeita com o serviço que lhe é prestado. -----

Saiu o membro Amaro Araújo. -----

Posto isto, a *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* passou a submeter a votação os documentos apresentados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “1.º de Maio”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da moção (BE, CDU), 46 votos contra (PSD: 27, PS: 18, CDS-PP) e 1 abstenção (PS – Augusto Santos), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Rejeitar o encerramento do GASJ”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 49 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Recusa o aumento do*



preço da água":-----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da moção (BE, CDU, CDS-PP, PS: 18), 27 votos contra (PSD) e 1 abstenção (PS – Augusto Santos), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– *Moção apresentada pela deputada municipal Margarida Gariso (PS) intitulada “Processo de encerramento do Posto de Saúde de Sanguedo”* :-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor da moção (PSD: 25, PS: 19, BE, CDU), 1 voto contra (CDS-PP) e 2 abstenções (PSD – Rui Ribeiro e Manuel Pereira Santos), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

De seguida, a *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer colocar alguma questão à Câmara fora do âmbito das moções anteriormente discutidas. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro António Santos.-----

Interveio o membro *António Santos* (PS) que começou por colocar uma questão sobre a Fonte da Lage, em Pigeiros, contígua ao Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM). Disse que o Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia esteve no Concelho a visitar algumas obras importantes, entre as quais o PERM, mas que não foi chamado a visitar aquela fonte, salientando que a mesma estava a ficar destruída e que já não jorrava uma gota de água, quando era abundante. Sobre isso, questionou à Câmara o que se passava com aquela fonte, se era para matar a Fonte da Lage.-----

Aludiu, em seguida, ao passadiço da Ribeira de Fiães para dizer que, apesar da alguma sinalização ali existente a proibir a circulação de bicicletas, motorizadas, bem como o passear os cães, considerava não ser suficiente e que era necessário criar uma postura que, efetivamente, não permitisse tal circulação. Referiu que, do levar os cães lá a passear, resulta que ficam pelo passadiço muitos dejetos, o que não era agradável, questionando para quando



4.
M
Lef.

uma resolução dessa situação.-----
Prosseguiu referindo-se a uma travessia existente na EN 326, numa reta bastante longa, que é atravessada por centenas de pessoas, chamando a atenção para a necessidade de colocação de sinalização, passadeiras ou outra solução que fizesse reduzir a velocidade dos veículos que circulam naquela reta, para evitar que aconteça ali um acidente grave. Concluindo, solicitou à Câmara que fizesse, junto da Estradas de Portugal, S.A., as démarches necessárias no sentido de ser encontrada uma solução para aquele local.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por aludir à habitação social existente no Concelho, salientando que, Orçamento atrás de Orçamento e Relatório de Contas atrás de Relatório de Contas, têm-se visto verbas bastante diminutas para aquilo que é a recuperação e reabilitação da habitação social, e que não se tem visto nenhuma verba para construção de qualquer habitação social.-----

Referiu que surgiram notícias de que famílias carenciadas estavam, há muito tempo, à espera que lhes fosse atribuída habitação social, destacando ainda que a espécie de plano de arrendamento que o governo criou, numa espécie de programa de emergência social, foi um flop a nível nacional, ressaltando que as casas que estavam nessa bolsa eram, inclusivamente, bem mais caras do que as do mercado privado de arrendamento. Questionou, nesse âmbito, se a habitação social existente no Concelho era suficiente, se havia lista de espera para atribuição de habitação social e qual o tempo médio de atribuição para aqueles que, obviamente, cumprissem os critérios de atribuição.-----

Disse, de seguida, que o BE levantou, há algum tempo a questão de que o Estado estaria ainda a pagar renda pela antiga esquadra da PSP, para além da renda das instalações atuais, havendo uma duplicação de despesa, e que tal até foi admitido pelo Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo.-----

Concluindo, questionou à Câmara se tinha informação atualizada sobre essa questão e, também, sobre o problema do antigo edifício do Tribunal, ressaltando serem duas questões existentes em Santa Maria da Feira que estavam a onerar e a desperdiçar dinheiro público.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por recordar que, há mais de um ano, esta Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, atribuir a um espaço público do



(+)
[Handwritten signature]

Concelho o nome de Álvaro Cunhal mas que, até àquele momento, tal não aconteceu, salientando que a Câmara Municipal tem-se desculpado dizendo que não se estavam a fazer ruas ou praças novas no Concelho. -----

Disse que a CDU tomou conhecimento de que foram atribuídas, a ruas do Município, o nome de cidadãos que, tendo vivido no Concelho, não lhes é reconhecido qualquer mérito ou qualquer trabalho em prol das populações, questionando à Câmara, nesse âmbito, para quando a saída da gaveta dessa proposta que foi aprovada, por unanimidade, por esta Assembleia Municipal. -----

Salientou que outro assunto que carece de esclarecimento diz respeito ao parque desportivo de Sanfins, salientando que foi noticiado na comunicação social, pomposamente, que aquele parque ia ser revitalizado, que as obras arrancariam em 2015 mas que, estando-se já no final do mês de abril, ainda não se vislumbrou qualquer obra ou qualquer avanço nesse assunto. Questionou à Câmara para quando a revitalização desse espaço, que disse ser essencial para os atletas do Município de Santa Maria da Feira e do Distrito de Aveiro. -----

Disse que queria também abordar a visita que o Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia fez ao Concelho de Santa Maria da Feira, ressaltando que foi, na qualidade de membro desta Assembleia Municipal, convidado para estar presente nessa visita mas que os elementos da Comissão de Acompanhamento da Recuperação das Pedreiras de Lourosa não foram convidados para a visita efetuada àquelas pedreiras, perguntando se a Câmara teve receio que algum desses elementos não partilhasse da opinião da Câmara e, assim, pudesse dizer alguma coisa que estragasse a pomposa visita do Sr. Ministro. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira questionou, em relação aos bairros de habitação social do Concelho, quando saíria da gaveta o estudo e quando avançariam as obras nos bairros que se encontravam degradados. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por questionar, também em relação ao PERM, qual o ponto da situação em relação à venda dos lotes, ou seja, se houve evolução em relação ao que foi transmitido em sessões anteriores desta Assembleia. -----

Referiu ainda que, atendendo à situação estratégica que o PERM pode refletir para os municípios circundantes, queria questionar se estava a ser desenvolvida alguma estratégia ao nível da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria ou, até, da Área Metropolitana



5.
Ap
Sep.

do Porto, para potenciar a colocação de terrenos a empresas que estivessem, eventualmente, interessadas.-----

Concluindo, e em relação ao antigo edifício do Tribunal, questionou se a Câmara tinha algum feedback quanto ao início da intervenção para a revitalização daquele espaço, questionando se o atraso verificado não poderia inviabilizar essa revitalização, atendendo a que estava a chegar ao fim o período do contrato de arrendamento das atuais instalações, de 10 anos.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando pelas questões colocadas pelo membro António Santos. Sobre a questão da falta de água na Fonte da Lage, disse desconhecer esse problema, ressaltando que nunca esteve previsto o corte da água até porque aquela zona continua a ser muito rica em água, comentando que esse problema iria ser averiguado.-----

Sobre o passadiço do Uíma, disse ser lamentável que as pessoas não cumpram a sinalética existente e que, inclusivamente, tenham vandalizado algumas das placas, salientando ser uma questão de cidadania e de respeito, pelo que não era fácil resolver uma situação dessas.-----

Em relação à travessia na EN 326, disse ser uma questão que já foi anteriormente levantada, tanto nesta Assembleia como na Câmara Municipal, informando que a Câmara já mandou uma proposta para a Estradas de Portugal, S.A., como entidade responsável por aquela estrada, apresentando um estudo contemplando a colocação de semáforos junto à passadeira, e que estava a aguardar pela resposta. Disse que, apesar de a passadeira dar direito de passagem aos transeuntes, não os protege de um carro, dizendo considerar aquela passadeira extremamente perigosa e que, na sua opinião, deveria ser retirada.-----

Sobre as questões colocadas pelo membro Moisés Ferreira em relação à habitação social, nomeadamente se a lista de espera é grande e qual o prazo médio de atribuição, disse não ter na sua posse, naquele momento, tal informação.-----

Quanto ao pagamento em duplicado de rendas referentes à esquadra da PSP, disse ser um assunto que não é da competência da Câmara, frisando desconhecer essa situação.-----

Em relação ao antigo edifício do tribunal explicou que, pela última conversa que teve com os responsáveis políticos, a intenção é a de recuperar e ampliar, lembrando que aquele edifício tem uma área útil de cerca de 2500 m² e que não chegaria, de maneira nenhuma, para as necessidades atuais, ressaltando que as atuais instalações têm uma área de 5000 m² e que,



5
1/1
leef

mesmo assim, já não é suficiente. -----

Referiu que o contrato de arrendamento das atuais instalações é para um período de 15 anos, e não 10, e que é, segundo sabe, um contrato blindado, salientando que isso não é motivo inviabilizador para a recuperação do antigo edifício mas que, de qualquer forma, a Câmara já começou a fazer pressão para que o projeto de execução começasse a ser feito para que, chegada a hora, nada falhasse. -----

Referiu que o atual tribunal está com falta de espaço e que, perante isso, está em cima da mesa a hipótese da recuperação da ala norte do antigo edifício para, ali, serem instaladas duas ou três salas para a realização de grandes julgamentos, dizendo que a Câmara já fez o projeto da recuperação dessa ala norte e que, naquele momento, o assunto estava nas mãos dos responsáveis. -----

Em relação às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira disse, quanto à atribuição do nome de Álvaro Cunhal a um espaço público do Concelho, que não estava nada previsto nesse sentido, comentando que não tem havido grandes ruas e que, normalmente, a Câmara acede ao nome que é proposto pelas Juntas de Freguesia, salvo algum caso muito anormal. -----

Sobre a reabilitação do parque desportivo de Sanfins, informou que seria um assunto a tratar futuramente. -----

Quanto à visita do Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia ao Concelho, disse que poderia ter havido alguma falha nos convites formulados mas que a Câmara não tem qualquer receio do que as pessoas possam dizer, ressaltando que se há área em que o Município se tem de orgulhar, é das suas políticas ambientais. -----

Relativamente ao ponto da situação da venda dos lotes do PERM, disse que estavam cerca de 35% dos lotes vendidos e que não tem havido grande evolução, salientando que não tem havido uma procura muito forte e que, nos últimos dois meses, foram vendidos mais três ou quatro lotes. -----

Referiu que a visita do Sr. Ministro ao PERM teve a ver, também, com a estratégia de comercialização dos lotes uma vez que o mediatismo associado à visita de um Ministro permite fazer alguma divulgação do espaço, ressaltando que, para além disso, lançou o desafio ao Sr. Ministro no sentido de que fosse feita uma fiscalização às empresas de sucatas que estão ilegais, não só no Concelho de Santa Maria da Feira como nos concelhos vizinhos, e que o Sr. Ministro prometeu que isso seria feito, salientando julgar que essa fiscalização



5-
11
2015

acentuaria a comercialização dos lotes. -----

Reentrou o membro Amaro Araújo. -----

Entrou o membro José Carlos Silva. -----

Posto isto, o membro Márcio Correia pediu a palavra para, antes do início do Período da Ordem do Dia, dar uma nota a propósito do ponto n.º 12 da Ordem do Dia, agendado por sua solicitação, o que lhe foi concedido. -----

Interveio o membro **Márcio Correia** (PS) que começou por dizer que ele, em representação do grupo municipal do PS, havia pedido o agendamento do assunto “Espaço Cidadão/Mini lojas do Cidadão”, numerado como ponto 12 da Ordem do Dia desta sessão, mas que solicitava que o mesmo fosse retirado uma vez a Câmara Municipal ter acolhido essa medida, estando a aplicá-la, averiguando quais as Juntas de Freguesia interessadas na criação desses espaços. -----

Referiu que o PS, nos passados meses de janeiro e fevereiro, recomendou à Câmara Municipal a aplicação dessa medida por acreditar que a mesma coloca serviços junto da população e cria uma política de proximidade que prestaria, naturalmente, um melhor serviço público e um melhor aproveitamento dos recursos públicos e que, portanto, seria benéfica para todo o Concelho. -----

Concluindo, deu os parabéns à Câmara por a mesma ter aceite essa sugestão do PS, aderindo a essa medida, comentando que a Câmara devia continuar a acolher mais sugestões do PS. -----

O Sr. **Presidente da Câmara** pediu a palavra para fazer uma correção ao proferido pelo membro Márcio Correia. Informou não ser verdade que a Câmara Municipal tenha iniciado esse trabalho por sugestão do PS, dando nota que esteve reunido, há 5 ou 6 meses, com o Secretário de Estado da Administração Interna porque era preciso dar alguma atenção a esse assunto, uma vez porque estavam a ser abertas lojas do cidadão em municípios vizinhos e que, perante essa situação, a Câmara Municipal abordou as Juntas de Freguesia para perceber o ponto de vista das mesmas, até por se tratar de uma medida que acarreta despesa. -----



114
2015

Posto isto, a Sr.^a Presidente da Assembleia em exercício deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia, passando a introduzir o Período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Ata N.º 9 – Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

A Sr.^a Presidente da Assembleia em exercício submeteu a apreciação dos Srs. membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento em vigor, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere.

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, a Sr.^a Presidente da Assembleia em exercício submeteu-a, em seguida, a votação.

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor e 9 abstenções, aprovar a Ata N.º 9, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2015.

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município

A Sr.^a Presidente da Assembleia em exercício apresentou o assunto em referência, constante do II Relatório de 2015, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação.

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que, pela análise do documento, entendia ser de enaltecer a boa gestão que a Câmara estava a fazer, de forma responsável, salientando que tal era validado por alguns dos dados constantes no documento, como o prazo médio de pagamento aos fornecedores ser de 27 dias, superando em 149 dias o



J.
1/1
2015

que foi definido pelo Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), bem como a relevante diminuição da dívida municipal.-----

Referiu que, comparando os dados fornecidos na sessão de abril de 2014, reportados ao dia 23 desse mês, com os da presente informação, reportados a 31 de março de 2015, existiam algumas questões importantes a colocar, desde logo a diminuição do valor referente à despesa com as obras e fornecimentos adjudicados pelo Município, que se traduziu num valor inferior em cerca de 1,2 milhões de euros, representando menos de metade do investimento feito em 2014.-----

Disse ter havido, também, uma diminuição de cerca de 2,6 milhões de euros no valor dos investimentos por Grupos de Classificação Económica, bem como um aumento da capacidade de endividamento, que cresceu cerca de 9% face a 2014.-----

Salientou que esses três aspetos confirmavam a existência de uma gestão diferente, mais rigorosa e uma orientação estratégica mais compaginada com as responsabilidades futuras do Concelho, e não com gastos menos precisos.-----

Referiu que, dessa comparação, sobressai ainda que, nos dados de 2015, existe um saldo negativo entre a receita e a despesa de cerca de 2,7 milhões de euros, enquanto que, em 2014, a receita foi superior à despesa em cerca de 1,9 milhões de euros. Disse também constatar-se que, em relação a 2014, a receita é inferior em cerca de 10 milhões de euros e que a despesa é inferior em 5,4 milhões de euros, o que é bom, ressaltando contudo que, porque o diferencial em relação à menor receita é considerável, duas questões se levantam.-----

Questionou, nessa medida, se o Orçamento para 2015 foi elaborado tendo em conta esta realidade da receita, com valores inferiores de tal grandeza, bem como se esse saldo negativo, na ordem dos 2,7 milhões de euros, de alguma forma iria obrigar o Município a utilizar, por exemplo, a conta caucionada de 1,5 milhões de euros aprovada na última sessão da Assembleia, ou, eventualmente, outro tipo de diligências.-----

Interveio, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, a Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, **Helena Portela**, que esclareceu que não havia nenhuma previsão de diminuição drástica das receitas, salientando que a diferença dos valores em relação aos apresentados em abril de 2014 prendia-se com uma questão de sazonalidade e com o momento a que os dados se reportavam. Realçou que, na revisão orçamental, foi feito um



[Handwritten signature]

pequeno reajuste mas por cautela, dando ainda nota que em abril é quando a Câmara recebe a receita do IMI, que é uma das receitas mais significativas, e que essa ainda não estava contemplada no documento. -----

Concluindo, reafirmou que não era expetável que viesse a existir uma diferença significativa da receita, sublinhando que a diferença dos valores prendia-se com o momento temporal a que os dados se reportavam. -----

Posto isto, a *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia dado que, sobre a presente matéria, não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

3 – Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal -----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O Sr. Presidente da Câmara pediu que fosse o Sr. vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, José Manuel Oliveira, a explanar o assunto. -----

O Sr. vereador *José Manuel Oliveira* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 7 de abril de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Instrui o processo em referência os elementos que, seguidamente, se enumeram – cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas: -----

Elementos fundamentais do Plano: -----

a) Planta de Ordenamento, desdobrada em “Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo”, “Planta de Ordenamento – Valores Patrimoniais” e “Planta de Ordenamento – Zonamento Acústico”; -----

b) Planta de Condicionantes, desdobrada em “Condicionantes Gerais”, “Cartografia de Risco de Incêndio Florestal – Perigosidade das Classes Alta e Muito Alta” e “Áreas Percorridas por -----



(Handwritten signature)

- Incêndio nos últimos 10 anos (a atualizar anualmente);-----
- c) Regulamento. -----
- Elementos que acompanham o Plano: -----
- a) Relatório de Caracterização e de Fundamentação das soluções adotadas (14 volumes: Capítulo I – Enquadramento e Objetivos do Plano; Capítulo II – Processo de Participação Pública; Capítulo III – Estudos de Base à Proposta de Ordenamento – Diagnóstico – 3.1. Caracterização Biofísica; 3.2. Evolução Demográfica e base Socioeconómica; 3.3. Infraestruturas; 3.4. Transportes e Mobilidade; 3.5. Rede de Equipamentos; 3.6. Parque habitacional; 3.7. Espaços Públicos; 3.8. Património; 3.9. Modelo e Ocupação do Território; Capítulo IV – Grandes Opções do Plano – Estratégias de Desenvolvimento; Capítulo V – Proposta; Capítulo VI – Programa de Execução e Financiamento. -----
- b) Relatório Ambiental, desdobrado em “Avaliação Ambiental Estratégica” e “Resumo Não Técnico”; -----
- c) Planta de Enquadramento Regional (planta n.º 3);-----
- d) Planta da Situação Existente (planta n.º 4); -----
- e) Planta da Estrutura e Hierarquia Viária (planta n.º 5); -----
- f) Planta da Rede de Infraestruturas (planta n.º 6);-----
- g) Planta da Estrutura Ecológica Municipal (planta n.º 7); -----
- h) Mapa de Ruído (2 plantas avulsas: indicador de ruído diurno-entardecer-noturno-Lden (planta n.º 8 A) e indicador de ruído noturno-Ln (planta n.º 8 B); 1 volume: Memória Descritiva);-----
- i) Planta das Zonas Inundáveis e Ameaçadas pelas Cheias (planta n.º 9);-----
- j) Carta da Reserva Ecológica Nacional – Delimitação da REN (planta n.º 10); -----
- k) Carta da Reserva Agrícola Nacional – RAN (planta n.º 11);-----
- l) Carta de Património: (Carta de Património Arqueológico - 2 volumes: Relatório final Fevereiro de 2009 e Adenda Junho de 2009; 3 plantas avulsas: Património Classificado e em Vias de Classificação (planta n.º 12 A); Património Arqueológico (planta n.º 12 B); Outros Valores Patrimoniais (planta n.º 12 C); -----
- m) Ficha de Dados Estatísticos;-----
- n) Relatório de Compromissos; -----
- o) Carta Educativa; -----



[Handwritten initials]

- p) Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2 volumes - Março de 2012; Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta – Abril de 2014);-----
- q) Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (2 volumes);-----
- r) Pareceres.-----

Processo de discussão pública:-----

- a) Relatório de Análise e Ponderação das Participações Recolhidas no âmbito da Fase de Discussão Pública da Proposta de revisão do Plano Diretor Municipal;-----
- b) Certidões;-----
- c) Sugestões/participações recebidas na fase de discussão pública e respetivas respostas.-----

Entrou o membro Amadeu Albergaria – Presidente da Assembleia, que tomou o respetivo lugar na Mesa, passando, a partir daquele momento, a dirigir os trabalhos da sessão.-----

Interveio o membro **Válter Amorim** (CDS-PP) que começou por dizer que acolhia com satisfação a “mea culpa” feita pelo vereador José Manuel Oliveira pela delonga que todo o processo da revisão do PDM teve, dizendo registar essa postura séria e importante porque essa delonga representou uma perda significativa para os feirenses e para o Concelho.-----

Em relação ao PDM propriamente dito, referiu existirem algumas situações relevantes, como a postura empreendedora na busca do apoio à economia e ao emprego, com a mais do que duplicação dos espaços disponíveis para essa vertente, dizendo ser a inversão do que acontecia, da centralidade dos terrenos urbanos, e que era importante alterar.-----

Salientou que, apesar da excessiva demora, era com satisfação que via estar pronto um documento tão preponderante e vital para alavancar um novo rumo e uma estratégia que vitalizasse e fomentasse o progresso que o Concelho precisa, e que todos pretendem.-----

Disse que não podia deixar de enaltecer e parabenizar a equipa que labutou neste instrumento, pessoalizando na pessoa do Professor Costa Lobo, dizendo parecer, ao CDS-PP, que o resultado traduziu-se num bom desempenho final, profissional, e, acima de tudo, com uma visão estratégica diferente que, se calhar, até ao momento, o Concelho não tinha.-----

Reconhecendo o virtuosismo ao que foi desenvolvido, considerou que a forma como foi discutido e como foram acolhidas algumas sugestões e reclamações mostrava, também, a capacidade de ouvir e de interiorizar novas visões que trouxeram mais-valia ao processo.-----



Handwritten signature and initials.

Referiu esperar que a Câmara compreenda que para o Concelho evoluir e ter progresso é fundamental que este instrumento seja bem usado, não só pela Câmara como por todas as entidades que têm relevância no Concelho, desde os empreendedores aos cidadãos independentes, ressaltando que o progresso individual e comunitário só pode ser atingido se houver boas dinâmicas, boa visão do futuro, bem como o uso devido e cuidado daquilo que o Concelho tem como instrumentos. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que era do conhecimento geral que a falta de um PDM atualizado originou, de modo óbvio e inequívoco, uma qualidade medíocre da projeção da malha urbanística, resultando na generalização de uma malha urbana compósita, desordenada, multiforme e funcionalmente desregulamentada, com um crescimento em mancha das freguesias. -----

Referiu que o atraso de mais de uma década do PDM possibilitou verdadeiros atentados urbanísticos e que levou, inclusivamente, a que o Município fosse multado, pelo que considerava ser caso para dizer que o PDM saiu finalmente da gaveta, dizendo que saiu com alguns aspetos que iriam certamente contribuir, e muito, para a melhoria geral do Concelho.--- Disse que entre alguns dos aspetos positivos encontrava-se o término da organização de freguesias, o que iria beneficiar a população, nomeadamente na cobrança do IMI. Destacou também o aumento das zonas agrícolas e verdes, a perspetiva do aumento urbanístico bem como a existência de uma delimitação clara das zonas de cheia, comentando que essa era, no anterior PDM, inexistente. -----

Salientou que, contudo, também existiam algumas falhas, destacando a falta de uma projeção da rede viária, a inexistência de previsão de um Centro de Transportes, fazendo sobressair que esse Centro foi, ao longo de várias campanhas eleitorais e ao longo de várias décadas, muito mencionado mas que foi, sucessivamente, caindo por terra.-----

Apontou a falta de uma proposta de entrelaçamento entre as redes rodoviárias e ferroviárias, a falta de ponderação entre a rede de ciclovias, percursos pedonais e zonas verdes, salientando que o Distrito de Aveiro é aquele que tem o maior número de quilómetros de rede de ciclovias. Lamentou por não haver uma prospeção de ligação ao município vizinho de Ovar, sendo um dos que tem maior número de quilómetros de rede de ciclovias, dizendo que embora essa possa parecer uma questão menor, é usada como manchete no Distrito de Aveiro.



Referiu estar prevista a demolição das escolas junto ao Cineteatro António Lamoso, ressaltando que, no entender da CDU, essa demolição só fazia sentido no antigo projeto da Caixa das Artes, frisando que esse projeto esfumou-se num simples projeto da SONAE.-----
Aludiu, também, à existência de um processo, de cidadãos feirenses, reclamando de alguns pontos que, sendo pequenos, são para eles muito importantes, frisando que esse processo foi apresentado em momento oportuno. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Filipe Moreira disse que a CDU, por uma questão de ética, não podia votar favoravelmente a revisão do PDM em discussão. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Ao logo deste moroso e complexo processo de revisão do PDM, o PS/Feira foi alertando para a importância e urgência de conclusão dos trabalhos. -----

O estudo ia sendo feito e a seu par nasciam as construções aleatórias, como é o caso dos volumes de cêrceas R/C + 4 andares, em zonas claramente vocacionadas para a habitação unifamiliar de R/C mais 1 (máximo) 2 andares. -----

Estas construções permitidas na surdina, conseguiram retalhar a envolvente próxima e promover o efeito túnel a quem passa e não pára, porque não se sente impelido a fazê-lo a não ser que tenha um objetivo concreto. -----

O resultado está à vista de todos e a título de exemplo: -----

- ao longo de toda a EN1 junto às localidades de Lourosa, Fiães e Argoncilhe;-----

- e na Zona da Cruz, para onde inicialmente se previa privilegiar, desde a saída da Autoestrada, o enfiamento visual direto e imediato sobre o Castelo... temos uns muros (não são de Berlim nem de Pequim, mas andam lá próximos)... é mais coisa menos coisa... -----

Temos, portanto uns muros “simpáticos”, de habitações em altura, pouco ou nada permeáveis, no que respeita a eixos visuais e de qualidade arquitetónica discutível. -----

E isto para não falar dos passeios, ou melhor dizendo: dos apontamentos de passeios... -----

O que vai salvando estas áreas é o comércio e serviços que aí se encontram infiltrados dando, de alguma forma, usabilidade a essas concentrações urbanas entre moradias.-----

Este descuido de gestão urbanística, resultou um território heterogéneo marcado por invasões volumétricas e claramente fragilizado na perspetiva da identidade.-----



Se a este exercício mental, acrescentarmos o acentuado fosso de investimento e de desenvolvimento entre freguesias, percebemos que não foram respeitadas as regras do bom e correto Planeamento Urbano, tendo-se assim, comprometido o Ordenamento e a Sustentabilidade Territorial. -----

Na origem destes erros está a ausência de uma análise urbanística mais ambiciosa e atenta. ----

O que nos parece é que houve uma certa alienação, porque se esperava a iminente conclusão da revisão do PDM e, existem ainda, histórias pouco claras e de interesses ambíguos. -----

A postura adotada era a da análise do terreno em função das áreas e alinhamentos a respeitar, não olhando a hierarquias e programas âncora. Esta postura deu abertura à construção de volumes de habitação plurifamiliar sem relação com contexto urbano pré-existente. -----

Erros destes saem muito caros! E saem caros, porque acima de tudo hipotecam o futuro de Santa Maria da Feira. No Planeamento Urbano há espaço para tudo, desde que exista organização e coerência. -----

O PS/Feira é sensível a estas questões, por isso, sempre se debateu pela premência de conclusão e fecho dos estudos da revisão do PDM.-----

Consideramos este instrumento urbanístico como sendo fundamental e de extrema importância. É, na realidade um verdadeiro pilar que sustenta o desenvolvimento. -----

Reconhecemos o meritório trabalho do ilustre Urbanista, recentemente falecido, Professor Eng.º Costa Lobo e de toda a equipa multidisciplinar que o acompanhou neste processo. -----

É de salutar o esforço da Comissão de Coordenação de Revisão do PDM, que durante a fase de discussão pública procurou acatar e responder a praticamente todas as participações sobre o plano. -----

Só nos compete confiar nesses técnicos altamente qualificados que deram corpo a todo o processo.-----

Lamentamos, profundamente, o facto de que neste interregno se tenha dado espaço a erros graves, mas queremos acreditar que com a publicação da revisão do PDM, os erros possam ter fim. -----

É precisamente neste espírito de confiança e valorização do esforço que votamos favoravelmente a este ponto. Queremos, contudo, ressaltar a importância de verter este documento no Desenvolvimento Urbano do Concelho.-----

Nesse sentido, deixamos o alerta aos Pelouros competentes, para que o façam cumprir e



respeitar os conteúdos técnicos das cartas. -----

O que está feito, feito está, nada a fazer... Olhemos agora para o futuro de outra forma. -----

Apelamos à fixação de Objetivos do Planeamento eficiente do ponto de vista estratégico e atento ao modelo de cidade que se pretende Promover. -----

Teremos o modelo de cidade jardim onde se privilegia a qualidade de vida, distante da imagem fechada do betão ou, por outro lado, o caminho a seguir será o da cidade mais densa e urbanizada mas dotada de espaços de qualidade que possam valorizar o território?-----

São questões que pedimos à Câmara que reflita para que os erros possam realmente ficar no passado sem ecos ruidosos no presente e futuro.”-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que este PDM lhe fazia lembrar aquela espécie de anedota que diz que havia um homem tão alto, tão alto, que comeu um iogurte e, quando o iogurte chegou ao estômago, já estava estragado. Referiu que, similarmente, este PDM demorou tanto tempo, tanto tempo, que era suposto ser um plano de ordenamento do território mas que, na verdade, o que faz é legalizar o desordenamento que aconteceu exatamente por não existir PDM. -----

Referiu que, analisando os mapas distribuídos, continuava-se a ver uma malha urbana relativamente desordenada no Concelho, percebendo-se que não existe grande projeção, para o futuro, do ponto de vista do ordenamento do território. Salientou que um dos graves problemas do Concelho é que o mesmo sobreviveu, durante mais de uma década, à boleia de planos urbanísticos e de planos de pormenor, o que destruiu, desfigurou e descaracterizou em grande parte o território, ressaltando não compreender que um plano estratégico de ordenamento, que deve projetar para o futuro, faça pouco mais do que incluir aquilo que foi o desordenamento do passado. -----

Realçou que, para além disso, existia um outro aspeto preocupante que era o aumento da área afeta a zona de atividade económica, aludindo em concreto aos terrenos envolventes ao Europarque, salientando que esses terrenos foram, em determinada altura, desafetados por interesses diferentes, entre os quais a especulação imobiliária, bem como os terrenos da envolvente ao projeto morto e enterrado do Parque Empresarial da Cortiça (PEC). Salientou que esses dois projetos sucumbiram perante a realidade e que, como tal, entendia que as zonas envolventes deveriam voltar a ser zonas verdes, a ser zonas integradas na cidade, e não para



instalação de atividade económica. Destacou, nesse âmbito, que quando se olha para as zonas industriais do Concelho verifica-se existirem grandes parcelas desocupadas, muita falta de infraestruturacção e que, portanto, no que toca a zonas de atividades económicas a prioridade passaria por aí, e não por estar a expandir outras zonas para se instalar, no futuro, sabe-se lá que tipo de instalações. -----

Concluiu dizendo que, não negando que o PDM apresentado trazia um ou outro apontamento positivo, nomeadamente sobre o respeito dos leitos de cheia e de uma maior proteccção sobre as linhas de água que atravessam o Concelho, não era propriamente uma projeccção de ordenamento do território com o qual o BE concordasse, que era um projeto que integrava mais aquilo que foi o desordenamento do passado do que um ordenamento para o futuro e, como tal, votava contra esta revisao ao PDM. -----

Interveio o membro *António Topa* (PSD) que começou por dizer ser verdade que o PDM agora presente à Assembleia Municipal iniciou-se há bastante tempo, comentando contudo que, quando um documento é bem pensado, elaborado e estudado até à minúcia, não tem mal nenhum que demore mais tempo a ser concluído porque é sinal que as coisas foram devidamente pensadas. -----

Disse terem existido, no prazo que decorreu a feitura do PDM, duas alteraço'es legislativas ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional que obrigaram a que o processo, nessa parte, tivesse de começar praticamente de novo, atrasando a conclusao do PDM, ressaltando ser natural que o processo da reserva ecológica seja demorado porque tem a ver com tudo o que é o Ecossistema, com o Ambiente, sendo preciso definir muito bem, até à minúcia, esses aspetos. -----

Salientou que a revisao do PDM consubstanciou-se na definicao de uma estratégia global de planeamento que fomentasse o desenvolvimento sustentável do território, tendo por base a situacção existente, o contexto social, económico e ambiental vigente e que, nesse sentido, foram definidos objetivos gerais e questões estratégicas, e que os objetivos gerais correspondiam aos seguintes: -----

- Integração das estratégias concelhias na realidade da região e do país; -----
 - Construção de um instrumento ativo potenciador de desenvolvimento sustentável; -----
 - Adequação do planeamento ao ritmo dinâmico de transformacção da realidade local; -----
-



- Adequação das propostas à especificidade local, potenciando as mais-valias e reduzindo as assimetrias no acesso ao desenvolvimento; -----
 - Criação de um documento com base cartográfica e digital em constante atualização;-----
 - Levar a efeito uma revisão do PDM e não a formulação de um novo Plano, uma vez que se entende que embora apresentando alguns desajustamentos, ainda não se esgotou o modelo nem a estrutura que lhe está subjacente; -----
 - Delinear em traços gerais os conceitos, as estratégias urbanísticas e o modelo urbano que a autarquia promoverá na sua componente de ordenamento territorial. -----
- Frisou que as questões estratégicas consideradas e que constituíram o enquadramento base das propostas de planeamento da revisão do PDM foram as seguintes: -----
- Desenvolvimento Sustentável do Concelho de Santa Maria da Feira; -----
 - Proteção e Qualidade Ambiental; -----
 - Reforço das Redes de Infraestruturas e da Mobilidade; -----
 - Valorização e Proteção dos Sistemas Ecológicos;-----
 - Promoção dos Valores Culturais e Naturais; -----
 - Reforço da Qualidade e da Coesão Territorial; -----
 - Reforço do Desenvolvimento Social e Económico;-----
 - Promoção do Desenvolvimento Turístico;-----
 - Reforço da identidade e da imagem do Município de Santa Maria da Feira.-----

O membro António Topa prosseguiu dizendo que os documentos disponibilizados do PDM eram em quantidade e qualidade, com uma dimensão onde todas as questões estratégicas foram estudadas e inseridas, frisando que, hoje em dia, os municípios têm meios que lhes permite elaborar planos com qualidade. -----

Recordou que o primeiro PDM de Santa Maria da Feira foi elaborado com alguma urgência porque, na altura, os municípios tinham que os ter aprovados até determinada data para que se pudessem candidatar a fundos europeus, sublinhando que, a partir dos anos 90, os fundo europeus foram fundamentais para o desenvolvimento dos municípios. -----

Concluindo, disse que o PDM apresentado estava devidamente elaborado e documentado, que foi pensado com tempo e que o grupo municipal do PSD o votava, naturalmente, a favor. -----

Usou da palavra o *vereador José Manuel Oliveira*, que começou por agradecer ao membro



↓
M
esp.

Válter Amorim pelas considerações que fez sobre o PDM, dizendo concordar e também acreditar que o mesmo seria uma mais-valia para o Concelho. -----

Quanto ao homem tão grande, tão grande, que comeu um iogurte que, quando chegou ao estômago, já estava estragado, disse que poder-lhe-ia oferecer uma laranja para tirar o mau gosto do sabor do iogurte estragado. -----

Referiu que, nas intervenções efetuadas, foram usadas uma série de frases feitas, de discurso pré-formatado, como dizer-se que o Concelho tem uma malha urbana desfragmentada, que tem atentados urbanísticos, que tem falta de planeamento, ressaltando serem chavões que foram usados, ao longo dos anos, para criticar a gestão do município de Santa Maria da Feira. Frisou que não iria, sequer, comentar esses chavões porque não era o passado que estava em cima da mesa, mas sim um novo Plano, para o futuro de Santa Maria da Feira. -----

Disse, de seguida, que não podia deixar de comentar a afirmação de que a Câmara tem gerido o Concelho sem ter um PDM, sublinhando que essa afirmação não corresponde à verdade, que é mentira, e que julga que toda a gente sabe disso. Referiu já ter ouvido um dirigente da CDU dizer, por repetidas vezes, que o Concelho estava sem PDM e que dava jeito à Câmara gerir sem PDM, e que numa reunião solicitada para fazer uma análise do PDM, na altura em que o mesmo se encontrava em discussão pública, teve a oportunidade de confrontar esse dirigente acerca dessa questão, tendo-o esclarecido que o PDM estava em vigor desde 1993 e que se mantinha em vigor até à data em que esta 1.ª revisão ao PDM, sendo aprovada pela Assembleia Municipal, fosse publicada no Diário da República. -----

Concluindo a sua intervenção, o vereador José Manuel Oliveira reforçou a ideia de que a Câmara Municipal nunca esteve a gerir sem PDM, reafirmando que não iria fazer muitas considerações em relação ao passado, que não iria comentar frases feitas porque não era isso que estava em causa, sublinhando que em causa estava um documento estratégico para o futuro do Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Usou novamente da palavra o membro *Filipe Moreira* (CDU), que começou por referir que, na sua intervenção anterior, não disse que não existia PDM, mas sim que não existia um PDM atualizado, o que é diferente. -----

Salientou que o Sr. vereador José Manuel Oliveira disse não querer falar do passado mas que, contudo, não deixou de falar nas intervenções passadas da CDU, comentando, sobre isso, ser



5.
1/1
Suf.

da opinião que sem passado não há presente, e que sem presente não há futuro. Disse que o Sr. vereador reconheceu os atrasos, frisando que esses atrasos levaram a que a malha urbana do Concelho fosse aquilo que é atualmente, ou seja, não digna do Séc. XXI, ressaltando que não havia argumentos contra isso. -----

Salientou que se o Sr. vereador José Manuel Oliveira queria apagar os erros do passado, isso era com ele, mas que a verdade é que o PDM chegou com mais de uma década de atraso e que a Câmara Municipal chegou a ser multada por isso. -----

Usou da palavra o *vereador José Manuel Oliveira*, que começou por salientar que o Concelho não é tão mau como aquilo que alguns pintam, frisando que os feirenses gostam do Concelho e se orgulham do concelho que têm. Realçou que o Executivo Permanente da Câmara não somente se orgulha do que iria ser feito, como também se orgulha daquilo que a Câmara fez. -----

Disse ter presenciado visões fundamentalistas que são visões diferentes daquelas que o Executivo Permanente da Câmara tem, comentando que essas visões seriam sempre diferentes e que não haveria nada a fazer quanto a isso. -----

Sublinhou que se a razão para votar contra era o facto de existirem cidadãos individuais que não viram as suas reclamações atendidas nesta revisão do PDM, então que não estavam a defender o Concelho, esclarecendo que quase 50% das sugestões feitas eram para alterações das áreas de RAN, REN e em leitos de cheia. -----

Concluindo, reafirmou que quem defende que todas essas sugestões deviam ser consideradas, e quem usa esse argumento para votar contra, não estava a defender o Ambiente nem a sustentabilidade do Concelho, ou seja, não estava a defender os interesses de Santa Maria da Feira. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 29, PS: 19, CDS-PP, Ind.) e 2 votos contra (BE, CDU), sob proposta da Câmara, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 79.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovar a primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira. -----



6
M
elf.

4 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2014-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, para que prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 20 de abril de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que, ao discutir-se os documentos de Prestação de Contas do Município, o exercício que tinha de ser feito era perceber se o rumo e a estratégia definida para o Concelho, no Plano e Orçamento para 2014, surtiu resultados positivos e, eventualmente, elencar falhas. -----

Disse que, em função disso, queria tecer algumas considerações, desde logo relacionadas com os objetivos a nível financeiro a que a Câmara se havia proposto, nomeadamente o controlo da dívida, a sustentabilidade das finanças públicas locais e o pagamento a tempo e horas aos fornecedores, procurando em simultâneo, e dentro das condicionantes financeiras existentes no País, propiciar a melhor qualidade de vida à população. Referiu concordar que, enquanto existisse dívida, dificilmente se conseguiria estruturar um futuro para qualquer população, para qualquer entidade, para qualquer País, considerando que, baixando a dívida, poder-se-ia, eventualmente, repensar o futuro. -----

Salientou que, em função dessa visão, lhe aprazia registar uma frase que o *Sr. Presidente da Câmara* proferiu, aquando da discussão do assunto na reunião de Câmara, no sentido de que as políticas deviam centrar-se nas pessoas, que cada vez mais era nelas que se devia pensar.

Disse concordar com essa visão, frisando que a política existe para resolver os problemas de vida das pessoas e para estruturar as melhores soluções para que elas tenham uma vida com qualidade e tenham um futuro, ressaltando a importância de que essa visão seja confirmada em atos, em posturas e em estratégias, em prole do que é o interesse efetivo das pessoas. -----

Fazendo uma análise global em termos do que foi orçamentado, destacou o desvio positivo



5.
M. Leif.

como disse no início da intervenção, era preciso perceber onde houve falhas e que, nessa medida, considerava importante relevar algumas situações que, tendo sido estruturadas, não conseguiu perceber pela análise que fez aos documentos. -----

Aludiu ao projeto Bolsa de Terras, que tem por objetivo negócios na área da agricultura, das mais variadas formas, desde a plantação de kiwis, cogumelos, frutos vermelhos e plantas aromáticas, sublinhando não ter visto nada em relação a essa estratégia que estava elencada pelo Município, tal como não viu nada em relação ao plano concelhio para a kiwicultura, em parceria com a Associação Portuguesa de Kiwicultores (APK). -----

Mencionou também o projeto Hortas Urbanas, referindo que o objetivo da Câmara era lançar esse projeto a uma ou duas freguesias, dizendo que apesar de ter-se ouvido falar, recentemente, da situação em Lourosa, era expeável que houvesse maior diligência e maior capacitação desse projeto. -----

Disse que na Habitação, em termos da gestão social, não conseguiu verificar nada em relação ao projeto das residências partilhadas e ao programa de habitação para os jovens. -----

Na área da Cultura, frisou a inversão no plano que havia em relação à Caixa das Artes, ressaltando que, independentemente de considerar essa inversão positiva e de, em certa medida, concordar com ela, a verdade é que houve a promoção de uma proposta que claramente não foi desenvolvida. -----

Quanto à área do Planeamento e Urbanismo sublinhou não ter conseguido identificar a promoção de estudos de reordenamento viário, frisando que esses estudos seriam relevantes e importantes. -----

O membro Válder Amorim destacou, em seguida, algumas situações que o CDS-PP considerava importantes, enumerando as intervenções ambientais que foram desenvolvidas, o arranque do projeto Jovem Autarca, a aprovação do Regulamento do Programa de Apoio a Projetos Culturais, bem como a finalização do processo da revisão do PDM, comentando que esse seria o instrumento mais relevante que foi apresentado e que mais preponderância teria no futuro do Concelho. Destacou novamente a redução da dívida do Município, para a casa dos 49 milhões de euros, frisando ser uma barreira significativa que se ultrapassou, recordando que a dívida foi a herança que os anteriores executivos deixaram, apesar da mesma cor política, reafirmando que se congratulava com o esforço e os resultados obtidos em relação a essa matéria. -----



[Handwritten signature]

nas receitas correntes, com uma taxa de execução altíssima, lembrando que o Sr. Presidente da Câmara, aquando da apresentação do Orçamento para 2014, referiu que o objetivo era atingir uma taxa de execução na ordem dos 85%, e que lhe aprazia registar que, no que respeita à análise total das receitas, a taxa de execução foi de 90,17%. -----

Aludindo à receita corrente, mencionou que apesar do Município não praticar a taxa máxima de IMI, mesmo assim houve uma subida significativa da receita cobrada e que, por isso, recomendava que fosse colocada a hipótese de, no Plano e Orçamento para 2016, fosse revista a taxa de IMI, dando um outro sinal e uma outra visão para os feirenses. -----

Realçou que o Município estava a cumprir com o equilíbrio orçamental e que isso era extremamente relevante, ressaltando também o desvio negativo nas receitas de capital, na ordem dos 9 milhões de euros, com uma taxa de execução de 55%, salientando que essa situação estava relacionada com a não arrecadação efetiva de fundos comunitários. -----

Disse ser relevante perceber que houve um empenho em termos da gestão, fazendo sobressair que, da comparação entre o total das receitas e o total das despesas, resulta uma taxa de execução que ronda aquilo que era a meta previsível e estimada no Plano e Orçamento para 2014, dos 85%, frisando que esse aspeto era importante porque dava credibilidade ao documento que foi previamente estruturado, e harmonizava um comportamento diferente do que era preconizado e que era relevante mudar, comentando que não se podia voltar a fazer Planos e Orçamentos que tinham um role de situações que, depois, não eram cumpridas. -----

Ainda em relação à parte financeira, referiu ser relevante e positivo focar a variação positiva em termos do balanço, destacando ainda a redução da dívida bem como a capacidade de endividamento do Concelho, na ordem dos 5 milhões de euros, sublinhando que eram aspetos estruturantes para o Concelho. -----

Disse, nesse âmbito, que o CDS-PP é do entendimento que essa capacidade de endividamento devia ser utilizada no que é relevante para o futuro das populações do Concelho, ou seja, a reabilitação das vias de comunicação, acrescentando que, existindo uma bolsa de ar, era urgente repensar uma intervenção digna e capaz a esse nível. -----

Referiu que, feita essa apreciação mais técnica em termos da atividade financeira, queria também fazer uma análise em relação ao que foi executado em termos do Plano de Atividades, dizendo considerar que houve um conjunto extremamente significativo de intervenções que foram planificadas, e que se congratulava por isso. Salientou contudo que,



[Handwritten signature]

Concluindo a sua intervenção reafirmou que, naquilo que é a visão do CDS-PP, era importante e relevante considerar que a taxa de execução foi bastante significativa, indo ao encontro das metas e objetivos propostos, sublinhando que essa forma devia ser mantida porque, só assim, se daria credibilidade aos documentos e à política, através de comportamentos coerentes e com responsabilidade.-----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Nesta intervenção pretendo destacar apenas alguns números que nos ajudarão a compreender de forma mais racional, pelo menos em comparação com as parangonas que gostam de transmitir para a comunicação social, a evolução da situação financeira da Câmara Municipal. Que a situação financeira está melhor, não questionámos. Mas, a pergunta que importa realçar é: e os feirenses? Estarão melhor?-----

A resposta a esta pergunta deve ser dada não só pelo Sr. Presidente, que afirma que este é o melhor concelho do mundo para se viver (talvez tenha que andar mais pelo município e menos pelo estrangeiro), mas por cada um dos elementos desta assembleia e pelo povo que está lá fora e faz a sua vida com muitas dificuldades.-----

Ora, a análise a algumas rubricas desmistifica este “milagre da redução da dívida” e converte-o no “milagre da resistência dos feirenses”. Veja-se:-----

- As despesas de capital, fundamentais para impulsionar o investimento, logo o emprego concelhio, estão bastante aquém do inicialmente orçamentado;-----

- O IMI continua a onerar excessivamente os feirenses e o argumento apresentado pelo Sr. Presidente de que tal teria de ser assim, dada a redução das transferências correntes, não resiste à constatação do aumento global daquelas transferências em 20% por parte do Estado; -

- Os impostos diretos aumentaram 10 € a cada feirense;-----

- Por outro lado as transferências correntes e de capital para famílias, ISFL e Juntas de Freguesia foram, globalmente, reduzidas em mais de 50%!;-----

- O PPI foi executado em apenas 60% e o investimento global caiu 30%.-----

Julgo que deste modo, já não subsistirão tantas dúvidas sobre a natureza do propalado milagre.-----

Para finalizar pretendia obter mais esclarecimentos sobre o que realmente se passou com as



↓
//
ref.

rubricas de Prestação de Serviços Autárquicos (receita) e Outros Serviços (despesa). Estas duas rubricas, em conjunto, têm um efeito positivo nas contas, face ao ano anterior, de 7 milhões e 141 mil euros. Sr. Presidente e Sra. Vereadora das Finanças, desculpar-nos-ão, mas trata-se de uma evolução no mínimo estranha para poder ser explicada com uma mera cobrança efetiva de taxas. Até porque ficou por explicar como é que a despesa se reduz de forma tão acentuada. O que se passou realmente aqui? -----

Finalmente, pretendemos obter mais esclarecimentos sobre o processo que foi tentado contra a Câmara Municipal e que a forçou a constituir uma provisão de 2,5 milhões de euros.”

Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara, na apresentação que fez dos documentos, quer na reunião da Câmara quer nesta sessão da Assembleia, fez uma apresentação mais política do que financeira, pelo que iria começar por fazer, também, uma discussão mais política e que começaria por aludir à questão do emprego e do dinamismo económico para, depois, falar da situação financeira e da situação social.-----

Salientou, em relação ao emprego e ao dinamismo económico, que o Sr. Presidente da Câmara disse terem sido as medidas adotadas pela Câmara, como o serviço “Via Verde Empresas”, o projeto “BizFeira” e o lançamento da brochura “Good Makers – Santa Maria da Feira”, que teriam contribuído para uma cultura de excelência do tecido empresarial feirense e que ajudaram, em parte, à redução do desemprego no Concelho em 2 pontos percentuais. -----

Sobre isso, referiu que o Sr. Presidente da Câmara não ignoraria o facto de que não existem, na verdade, estatísticas muito fiáveis sobre o desemprego em Portugal, recordando que tem havido polémica em torno dessa questão e que o INE não contabilizava, por exemplo, os considerados ocupados porque estavam em formação ou porque estavam a trabalhar de borla através dos contratos CEI ou CEI+, como não contabilizava os chamados inativos desencorajados, ou seja, as pessoas que não arranjam emprego há mais de 1 ano e que deixaram de o procurar, tal como não contabilizava os estagiários nem os emigrantes que foram expulsos do seu País para procurar emprego.-----

Perguntou, nesse âmbito, se a Câmara Municipal ia fazendo algum acompanhamento à aplicação dos programas que lançou, ou seja, se tinha o seu próprio estudo e se fazia a sua própria avaliação para sustentar a lógica que defende, de que estava a contribuir para a



5.
1/2
ref.

redução do desemprego no Concelho. -----

Ainda a esse propósito, salientou que a situação do desemprego no Concelho podia ser vista pelo lado inverso, ressaltando que se a Câmara chamava a si as responsabilidades pela diminuição do desemprego tinha, também, que chamar a si as responsabilidades pelo aumento do desemprego verificado nos últimos anos, frisando que não podiam ser usadas duas lógicas para a mesma coisa.-----

Aludiu, de seguida, à ata da reunião da Câmara relativa à discussão das Contas do Município de 2014 para dizer que, a páginas tantas da mesma, o Sr. Presidente da Câmara disse que Santa Maria da Feira não tinha nenhum fenómeno de emigração. Referiu que essa era uma daquelas afirmações que fazia com que se perguntasse por onde tem andado o Sr. Presidente da Câmara, comentando que, certamente, não teria andado pelo Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Referiu que cada um dos presentes, principalmente os mais jovens, conseguiriam indicar um role de amigos ou conhecidos que emigraram para países como Moçambique, Brasil, Angola, Alemanha, Inglaterra porque, depois de investirem na sua formação, tiveram o azar de não terem encontrado os tais empresários com cultura de excelência e, portanto, não conseguiram encontrar no Concelho um emprego que lhes desse direitos e um bom salário, destacando que esse azar foi multiplicado por centenas ou milhares de feirenses. -----

Referiu que essa frase do Sr. Presidente da Câmara era bastante contraditória com uma outra que o mesmo disse quando, ao falar do Bizfeira, falou em aproveitar a diáspora dos feirenses para alargar as oportunidades de negócio, ressaltando que o Sr. Presidente da Câmara, aí, já admitiu existir emigração de pessoas do Concelho.-----

Disse que era bom que todos os desempregados conseguissem encontrar trabalho e que, efetivamente, houvesse uma franca recuperação económica, ressaltando contudo que, despindo-se as vestes da ilusão e retirando-se o discurso para os jornais, o que se constatava era uma realidade em que as pessoas ganham muito menos do que ganhavam há uns anos, em que são obrigadas a trabalhar de borla através do Centro de Emprego, em que não encontram emprego, a não ser a frequência de estágios atrás de estágios. Sublinhou ser isso que se verifica, também, em Santa Maria da Feira, apesar da cultura de excelência empresarial que o Sr. Presidente da Câmara diz existir no Concelho, cultura essa certamente motivada por várias viagens ao estrangeiro. -----



Em relação à situação financeira e à situação social, disse temer que a Câmara esteja, em algum discurso, a aproximar-se perigosamente do discurso da Sr.^a Ministra das Finanças sobre os cofres cheios, em que a mesma vangloria-se de ter os cofres cheios quando, para isso, esvaziou os bolsos da maior parte dos portugueses, ou seja, foi enchendo os cofres do Estado à custa das migalhas que foi catando aos bolsos dos portugueses.-----

Salientou que a Câmara, de igual modo, vangloriava-se de reduzir em alguns milhões a dívida mas fê-lo à custa da poupança em investimento, ressaltando que a taxa de execução da despesa de capital, ou seja, do investimento, foi a mais baixa das apresentadas.-----

Frisou que poupar no investimento é poupar naquilo que verdadeiramente interessa às pessoas, que são as funções económicas e sociais, reafirmando que a Câmara, ao poupar nessas funções apenas na lógica de ter os cofres cheios, estava a fazer exatamente aquilo que o PSD fazia no governo, ou seja, a esvaziar os bolsos às pessoas para, depois, usar a retórica dos cofres cheios. -----

Recordou que o BE, na discussão do ano anterior, defendeu que, perante um Concelho onde haja famílias a viver com dificuldades e a viver na pobreza, a Câmara Municipal não pode poupar um cêntimo que seja em funções sociais, que devia investir tudo o que conseguisse em funções sociais, no apoio às famílias, questionando o que interessava uma boa situação das finanças da autarquia se as pessoas estavam a viver pior no Concelho. -----

Disse saber que o Sr. Presidente da Câmara responderia a essa questão da mesma forma que o fez passado, ou seja, no sentido da frase comum que diz ser preferível, em vez de dar o peixe, ensinar as pessoas a pescar. Referiu que, apesar de engraçada, essa frase pode chocar com a realidade, principalmente não havendo peixe para pescar ou estando o rio seco, questionando qual é o interesse em dizer às pessoas para terem uma cultura de empreendedorismo quando, na sociedade, não há emprego para disputar. -----

Sobre as questões financeiras salientou que o BE já disse, por mais do que uma vez, que a Câmara aplica aquilo que o PSD estava a aplicar no País, ou seja, austeridade, salientando que, apesar de a Câmara referir que não aplica austeridade, mas sim rigor, não conseguiu encontrar, da análise que fez às Contas do Município de 2014, outra coisa que não a receita da austeridade aplicada em Portugal. -----

Fez sobressair que, em Santa Maria da Feira, as pessoas pagaram mais impostos municipais durante 2014, que pagaram mais de IMI e que, em 2015, iriam pagar ainda mais devido à



[Handwritten signature]

eliminação da cláusula de salvaguarda, reafirmando que, aliado a isso e como já realçou, a Câmara poupou nas suas funções sociais e económicas, com uma taxa de execução das despesas de capital de 67%, a mais baixa de todas, e que, portanto, fez poupança onde precisava ter feito investimento. Referiu que a Câmara Municipal reduziu também o seu Pessoal, com 22 trabalhadores a menos durante 2014, destacando também que o serviço da dívida pesou à Câmara, em 2014, mais de 5 milhões de euros. -----

Concluindo, o membro Moisés Ferreira disse que a Câmara tem a intenção de criação de saldos positivos à custa da austeridade, aumentando impostos e cortando no apoio social, salientando ser isso que o BE vê da análise que fez aos documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2014. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Esta é uma prestação de contas, relativa a um ano da propaganda no imaterial assente na mera ilusão e irrealismo demonstrativa dos poucos resultados alcançados, sem reflexo na melhoria da qualidade de vida das pessoas, de que destacamos, em cada um dos eixos: -----

1 – Quanto ao eixo: Fomento de um forte ambiente de desenvolvimento económico, tendo em vista a criação de emprego -----

O relatório de atividades mantém-se meramente descritivo, sem qualquer apresentação de resultados em face dos objetivos traçados, ou análise crítica à atividade desenvolvida, com conseqüente apresentação de propostas e estratégias de melhoramento para o futuro. -----

Como se pode afirmar que uma medida é um sucesso, quando simultaneamente se declara no relatório de atividades a incapacidade para apresentar resultados em face dos objetivos propostos? (pág. 15 Relatório Atividades).-----

Como se compagina o tão propalado rigor e transparência assente em dados concretos, anunciado pelo presidente da Câmara, quando não nos consegue mostrar se os gastos feitos pela Câmara Municipal (CM) estão a ser bem aplicados nas medidas para promoção do emprego e crescimento económico porque não os consegue medir? -----

Não Sr. Presidente, não queremos saber quantos sapatos, embalagens ou rolhas os empresários exportaram mais, embora isso seja importante. O que queremos saber é se efetivamente foram criados mais postos de trabalho, mais riqueza/investimento, porque é a



5.
1/1
2015

isto que se chama boa gestão do dinheiro público, face aos objetivos fixados. -----
Relativamente ao Desemprego, alega que houve diminuição e naturalmente ficamos sempre satisfeitos quando tal ocorre, desde que verdadeiro, porque da vida das pessoas se trata e com isto não se pode brincar. Mas, tentar associar a isso alguma ação da CM, sem que evidencie dados que demonstrem esse nexo de causalidade é, no mínimo, fazer festa com méritos alheios. -----

As Zonas Industriais (ZIs) continuam a ser mal geridas e deixadas em quase estado de abandono, começando pela ausência de sinalética, passando pelo descuido dos acessos, até à incapacidade demonstrada pela CM em cumprir e fazer cumprir os regulamentos. -----

O que é feito da prometida requalificação das ZIs, para promover, como também desejamos e defendemos, a atratividade de investimento e consequente criação de riqueza e emprego? -----

2 – Quanto ao eixo: Reforço da coesão Social -----

Continua a verifica-se os sacrifícios dos feirenses com cortes, desde a iluminação pública até aos aumentos brutais dos impostos, desde logo do IMI que aumentou 11%, quando a economia está em deflação. As transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia e Coletividades, foram alvo de cortes cegos, tal como demonstra a redução de 51% dessas verbas no ano de 2014 face à média de 2011 a 2013; a tudo isto também não foi alheia a aprovação pela maioria PSD do Programa de Apoio a Projetos Culturais, que apenas contemplou 15,7% destas Associações e fixou preços proibitivos na utilização do Cineteatro António Lamoso às Associações do concelho, com quem o Sr. Presidente da CM tanto enche a boca nos seus discursos, mas que a prática o desmente. -----

Se a CM fosse mais sensível ao apelo e necessidades da população, e efetivamente pretendesse contribuir para a coesão social e dinamização da procura interna, através da libertação de mais rendimento disponível, aprovaria a proposta do GM/PS para, por exemplo, baixar a taxa do IMI, dos atuais 0,4, para 0,3%, que tem sempre reprovado. -----

3 – Quanto ao eixo: Requalificação urbana e viária -----

Aqui verificam-se sucessivos adiamentos da requalificação da rede viária do concelho, que se encontra em péssimo estado, com sérios riscos de prejuízos para o património e para a integridade física das pessoas, bem como para o erário público com eventuais indemnizações daí decorrentes. -----

Para quando um plano, sério, de requalificação da rede viária, para todos sabermos, em



[Handwritten signature]

concreto, o que se vai fazer, quem vai fazer, quando e como? Quando vai a CM parar de fazer intervenções casuísticas, ao sabor de algumas vontades e oportunidades? E chama o presidente da CM, a isto, rigor e transparência nas contas apresentadas, assente em dados concretos? -----

Finalmente o PDM chegou ao fim depois de vários anos de suspensões e adiamentos, esperemos que a fixação deste documento tão fundamental e nuclear para a gestão do espaço públicos, possa agora, de alguma forma desbloquear e melhorar a requalificação urbana deste Concelho.-----

Chega de pequenas intervenções, sem ligações ou sinais de abertura a continuidade e completamente desajustadas ao tecido local. -----

Vamos finalmente deixar de ter um território multicolor e passeios invadidos por mobiliário urbano e árvores mal localizados?-----

Será agora que teremos desenvolvimentos nos Planos de Urbanização existentes, como é o caso de Lourosa e Fiães, anunciado com pompa e circunstância há quase 8 anos, e que tanto dinheiro consumiu aos cofres municipais? -----

Para quando a substituição das coberturas de amianto dos jardins de infância e escolas do concelho, com potencial dano para a saúde dos seus utilizadores? -----

No que respeita às Contas propriamente dito, temos a destacar o seguinte:-----

Conforme ficou demonstrado pela apresentação do deputado Daniel Gomes que me antecedeu, o relatório de gestão permite desmistificar o apregoado “milagre da redução da dívida”, alegadamente conseguido graças às extraordinárias capacidades de gestão deste executivo, que, na mesma linha da política prosseguida pelo Governo da Nação, da mesma cor política, foi conseguido à custa do sacrifício dos portugueses com brutais aumentos de impostos e cortes em salários, direitos sociais e aumentos do custo de vida, empobrece dramaticamente os portugueses comprometendo seriamente um futuro de esperança para todos nós.-----

Neste contexto votamos contra o Relatório e Contas de 2014, pois não apresenta resultados que evidenciem o cumprimento do prometido nos três pilares constantes do Plano e Orçamento para esse ano. Isto é: não se percebeu que medidas enunciadas tivessem fomentado o emprego e o crescimento económico; que tivessem reforçado a coesão social, ou que tivesse ocorrido a urgente requalificação viária e urbana.” -----



5.
M.A.
009.

Interveio a deputada municipal *Marisela Maio* (PSD) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Podemos reafirmar que o município de Santa Maria Feira continua com o mesmo rigor em todos os projetos que têm executado no município. Temos uma boa gestão financeira que tem dado “Bons frutos”.-----

É necessário realçar a redução do prazo de pagamento aos nossos fornecedores, que rondou 27 dias. Com esta eficácia não é de admirar que existam vários fornecedores a quererem trabalhar connosco. -----

A nossa capacidade de endividamento, caso se recorra a um financiamento, poderá ser até 5 milhões de euros em 2015. -----

Fruto destas estratégias, poderemos, caso seja necessário, utilizar esta almofada para investir em áreas mais carenciadas no nosso município.-----

É de salientar que a taxa do desemprego diminui em quase 3%, passou de 15,11 (2013) para 11,5% (2014). A diminuição deste valor é também a demonstração de que o trabalho efetuado pelo executivo, nas áreas económicas, está a dar os seus frutos.-----

São projetos como os da Via Verde Empresa, onde as empresas são ajudadas e acompanhadas em todo o processo de legalização da sua edificação, bem como a isenção das taxas urbanísticas para facilitar o processo de legalização que levam saúde às empresas e ajudam a criar postos de trabalho, infelizmente, não tantas quanto desejámos, mas sempre importantíssimos. -----

Temos o projeto Bizfeira, lançada em março de 2014, que permite às empresas locais estarem ligadas na internet, mantendo a ligação entre os nossos emigrantes e o nosso concelho, que pode potenciar negócios futuros.-----

Destacamos as 10 visitas internacionais a Santa Maria da Feira, levando a economia local a crescer fruto desse trabalho. O Bizfeira em 9 meses tinha 528 empresas inscritas na plataforma. Hoje está com 700 empresas inscritas. -----

Destacariamos ainda o lançamento do Good Makers para promoção do nosso território internacionalmente ou em acontecimentos empresariais. -----

Todas estas ações ajudam, por pouco que seja, a que as exportações dos produtos produzidos no concelho tenham aumentado, na cortiça, como no calçado, materiais de construção, entre outros.-----



S.
M.A.
O.P.

Fórum Sociais – As juntas de freguesias são as líderes neste projeto, que têm o apoio dos técnicos do município para serem o ponto de encontro entre todas as instituições de uma freguesia, de forma a identificar os problemas bem como a forma mais célere para os resolver. Identificando os difíceis casos de “pobreza envergonhada”, e evitando a sobreposição de apoios. Neste momento são já 11 as freguesias com este projeto em andamento, esperando-se que nas restantes o processo fique concluído até final de 2015. -----

Destacamos ainda que em 2014 foram executadas obras de muita importância para os Feirenses, como sejam, entre outras: -----

- Escola EB 2,3 Fernando Pessoa e respetivo pavilhão gimnodesportivo;-----
- Pavilhão de Fiães, único a nível nacional devido ao piso especial para a modalidade de Voleibol - foi utilizado para o campeonato mundial de Voleibol Escolar; -----
- Foi decisivo para a concretização do PDM; -----
- Ficaram concluídas as obras da 2.ª fase do Museu dos Lóios;-----
- Grande intervenção no Parque das Ribeiras do Uíma;-----
- Construção de um novo açude e passadiço nas Caldas de S. Jorge; -----
- A praia fluvial da Mamoa obteve bons resultados na análise da água executada pela ARH; ---
- Caminhos de Santiago em Santa Maria Feira. -----

Face ao trabalho realizado ao longo do ano de 2014, o executivo, merece os nossos parabéns.” -----

Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que começou por dizer que a análise deste assunto podia ser feita de duas formas, ou seja, a análise das Contas em si e a análise da política no seu conjunto que poderia, ou não, influenciar as Contas. -----

Referiu que a análise das Contas, em si, fica muito limitada porque são feitas por técnicos especializados e são auditadas e que, não tendo dúvidas quanto à qualidade dos técnicos e do auditor, logo não tinha dúvidas relativamente às Contas, salientando que as dúvidas que colocava prendiam-se com a interpretação que fez aos resultados das mesmas. -----

Disse que uma questão prendia-se com a redução da dívida, salientando que a mesma advinha, essencialmente, do desinvestimento em áreas fundamentais para o Município, como é o caso da rede viária, ressaltando, quanto a esse aspeto da rede viária, que apontava o dedo ao Executivo Permanente da Câmara porque o mesmo reafirmou, em 2014, e segundo se lembrava, o arranque de 25 frentes de trabalho que nunca chegaram a arrancar. -----



Referiu que tanto o Sr. Presidente da Câmara, na apresentação que fez na reunião da Câmara, como a deputada municipal do PSD, Marisela Maio, mencionaram o Pavilhão de Fiães, dizendo que queria fazer um reparo em relação a esse equipamento. Disse ser verdade que se tratava de uma obra interessante, com bastante utilidade, mas que era importante referir aquilo que faltava concluir nessa obra, mencionando que ainda havia problemas de acessibilidades, de estacionamento, de infiltrações, da ligação à rede de eletricidade, comentando que esse pavilhão, para ter eletricidade, recorria ainda ao quadro do proprietário, tendo eletricidade à noite e não a tendo de dia. Frisou que era importante a Câmara esclarecer esses aspetos. -----

Quanto à questão do desemprego e da emigração, salientou não se poder analisar os dados conforme a conveniência, mas sim de modo factual, realçando que não se pode dizer que o Concelho de Santa Maria da Feira não sofreu de emigração. Referiu que, nessa medida, metaforizava, comparando o Sr. Presidente da Câmara ao Ministro do Saddam porque esse, numa altura em que as forças americanas estavam a chegar ao Iraque, dizia que não estavam e que não havia problema nenhum. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Filipe Moreira sublinhou que a verdade é que houve um sangramento, em todo o País, essencialmente de jovens qualificados, e que era mais do que evidente que Santa Maria da Feira sofreu, também, de emigração. -----

Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por dizer que iria fazer uma apreciação aos documentos e referir, essencialmente, porque é que o grupo municipal do PSD votava favoravelmente esta matéria. -----

Referiu que a Receita, em 2014, foi de 67,116 milhões de euros, correspondendo a uma execução de 90,2%, e que a Despesa foi de 57,422 milhões de euros, correspondendo a uma execução de 77,5%, frisando que o resultado do exercício foi de 10,438 milhões de euros. -----

Disse, a título de curiosidade, que a receita per capita foi, no Concelho, de 484,53 euros, ressaltando que a capacidade de endividamento manteve-se acima dos 5 milhões de euros, por força de orientações superiores que obrigam a que represente apenas cerca de 20% da capacidade total. -----

Destacou que o prazo de pagamento passou, no prazo de um ano, de 61 para 27 dias, e que a dívida de médio/longo prazo reduziu cerca de 5,374 milhões de euros, passando a situar-se nos 49 milhões de euros, dando nota que nessa dívida se incluía a participação do



(Handwritten initials)

Município para o FAM – Fundo de Apoio Municipal no valor de cerca de 2,8 milhões de euros, salientando que, apesar de não ser dívida, era contabilizada como tal, por força da lei. -- Salientou que o serviço da dívida, amortização e juros, foi, em 2014, de 5,285 milhões de euros, ou seja, inferior em 19,6% ao ano de 2013, e que representava 7,8% da receita do Município. Referiu que apesar da baixa das receitas verificada nos últimos anos, as Contas de 2014 demonstraram que aquelas pessoas que diziam que a despesa da dívida seria insustentável, que seria uma desgraça e que a Câmara estaria na bancarrota, não tinham razão nenhuma e que a situação estava perfeitamente controlada. -----

Disse ser bom que as pessoas tenham presente que a Câmara tinha, em 2011, uma dívida de 76,837 milhões de euros, 47 milhões de euros em dívida de médio/longo prazo e 29 milhões de euros em dívida de curto prazo, e que em 2014 a dívida é de 49 milhões de euros, ressaltando ser preciso haver rigor nas palavras e dizer que a redução só é possível por força de algum desinvestimento, comentando que não se podia estar sempre a fazer investimento. --- Referiu que, naturalmente, haveriam outras poupanças, realçando que a receita corrente foi muito superior à despesa corrente e que isso poderia querer dizer que haveria algum dinheiro para os investimentos de capital e para a redução da dívida, fazendo notar que quem andou, ao longo destes anos, a tentar assustar as pessoas dizendo que a situação da Câmara era uma desgraça, estava enganado. Quanto à afirmação de que a redução da dívida aconteceu por força do PAEL, disse não corresponder à verdade, lembrando que a Câmara tinha, em 2011, uma dívida de curto prazo de 29 milhões de euros e que o PAEL foi de cerca de 12 milhões de euros, ressaltando que, portanto, houve muita coisa para além do PAEL, como sendo uma estratégia definida que estava a dar os seus resultados. -----

O membro Fernando Moreira prosseguiu aludindo a alguns dos projetos desenvolvidos ao longo de 2014, enumerando o serviço Via Verde Empresas e a plataforma Bizfeira, salientando que essa plataforma tem, neste momento, cerca de 600 empresas inscritas e mais de 17.000 visitas, salientando que apesar de não ser mensurável era significativo, comentando que podia não produzir 100 ou 200 postos de trabalho mas que não tinha dúvidas que o Bizfeira ajudaria ao crescimento do emprego. Aludiu, também, ao lançamento da brochura “Good Makers – Santa Maria da Feira” dizendo que era uma interessante e útil ação de promoção do Concelho, quer a nível nacional quer a nível internacional.-----

Na área da Ação Social, disse que foram desenvolvidas várias ações e intervenções junto das



Handwritten initials and a signature.

diversas faixas etárias da população e que, nessa área, valia a pena ver o Relatório, referindo que até admitia que pudesse ter havido algum desinvestimento nessa área mas que o essencial, ou seja, a proximidade junto das populações, manteve-se. -----

Salientou que, na Educação, foi inaugurada a EB 2,3 Fernando Pessoa, que custou 6,3 milhões de euros, e que o Centro Escolar de Canedo estava quase pronto. -----

Na Cultura, destacou o fim das obras da 2.ª fase do Museu Convento dos Lóios, bem como a conclusão das obras do Cineteatro António Lamoso.-----

Quanto ao Desporto, sublinhou a inauguração do Pavilhão Municipal de Fiães, destacando ainda que foram lançados mais dois pavilhões, os de S. João de Ver e de Mozelos. -----

Sobre o Associativismo, disse que foi aprovado o Regulamento de Apoio aos Projetos Culturais, apesar de envolvimento em alguma polémica, dizendo estar certo que o mesmo receberia as achegas necessárias para poder vir a ser tão melhorado quanto possível, em favor das associações e do movimento associativo do Concelho. -----

Na área do Ambiente, referiu que as pedreiras de Lourosa aguardavam por pequenos arranjos urbanísticos e que a recuperação da pedreira das Penas avançava a bom ritmo. -----

Frisou que foram, finalmente, dados passos decisivos para que, nesta sessão, fosse possível a Assembleia Municipal aprovar a revisão ao Plano Diretor Municipal. -----

Em relação à rede viária, disse que foram recuperados alguns arruamentos, infelizmente não tantos quanto todos desejariam, ressaltando que esse continuaria a ser o grande desígnio para os tempos que se aproximam. -----

Salientou que os documentos em causa continuam a demonstrar melhorias significativas em relação aos apresentados nos anos anteriores, o que era de saudar, agradecendo, na pessoa da vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, a todos quantos contribuíram para a sua realização. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Fernando Moreira disse poder constatar-se que foram dados passos seguros para a melhoria das condições de vida dos feirenses, nas diversas áreas que abordou e que, em face disso, o grupo municipal do PSD votava favoravelmente os documentos em questão. -----

Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes, face às questões colocadas. -----



Ⓟ
[Handwritten signature]

Começou por referir que o membro Válder Amorim fez algumas considerações que o agradaram, em relação ao rigor registado nos documentos. -----

Sobre o projeto Bolsa de Terras, informou que a Câmara já lançou algumas terras mas que é um projeto de difícil concretização porque não existem muitas terras disponíveis, comentando que os privados têm muita aversão em aderir ao projeto porque há um medo enraizado de perder o direito à terra. -----

Quanto à aposta feita na plantação de kiwis e mirtilos, informou que a Câmara está a tentar trazer para o Concelho um investimento importante nesta área, salientando que Santa Maria da Feira já tem uma produção muito significativa de kiwis e mirtilos e que até já produz mais, desde há dois ou três anos, do que o Concelho de Sever do Vouga.-----

Em relação à Caixa das Artes referiu que, de facto, houve uma inversão do projeto e que é da opinião que, face às condicionantes, foi uma medida acertada.-----

Sobre a intervenção do membro Daniel Gomes, que falou nas parangonas para a comunicação social e questionou se a situação dos feirenses estará melhor, disse que as pessoas deviam perceber que a confiança é uma das coisas mais importantes na economia e que conseguiu-se criar, no território de Santa Maria da Feira, um clima de confiança para os empreendedores, comentando que se alguém tivesse dúvidas disso poderia questionar os empresários sobre essa matéria. -----

Referiu que quando é realizada uma missão empresarial ao estrangeiro, a resposta que tem dos empresários participantes é que as mesmas apresentam resultados e que, por esse motivo, alguns repetem as idas em missões empresariais, comentando que se não tivessem resultados não o fariam. Disse que, em 2014, foram realizadas duas missões, menos do que as que desejava, que em 2015 realizar-se-iam mais, reafirmando que os empresários pretendem participar nas missões empresariais apesar de terem de assumir as suas despesas. Referiu ainda que, apesar de ir recebendo alguns indicadores desses empresários, entende que aquilo que se passa dentro da empresa só diz respeito à empresa, comentando que se a empresa quiser divulgar esses dados, divulga, se não quiser, não divulga.-----

Ainda no âmbito das missões empresariais, mencionou o exemplo de uma empresa que tinha 10 trabalhadores e que estava na iminência de falir e que, após algumas missões empresariais ao estrangeiro, empregou mais 3 trabalhadores, representando um aumento de 30%, e cuja produção passou a ser, em mais de 50%, para o mercado internacional, frisando serem esses



4.
ef.

pequenos êxitos que estavam a ser conseguidos. -----

Referiu que também recebe os números do desemprego no Concelho, comentando achar curioso que quando o INE diz que o desemprego subiu em Santa Maria da Feira, logo no dia a seguir o BE esteja, nos jornais, a frisar essa subida mas que, quando os números indicam uma descida do desemprego, então essas estatísticas do INE já não são fiáveis e não prestam. -----

Quanto à afirmação de que o Presidente da Câmara anda muito pelo estrangeiro, disse ser da opinião que o Presidente da Câmara, seja ele quem for, deve continuar a apostar numa visão global do mundo dos negócios até porque o território de Santa Maria da Feira é fortemente industrializado. Aludiu, nesse contexto, à marca “Good Makers, Santa Maria da Feira, Portugal” que a Câmara está a lançar, salientando ser uma marca da qualidade dos trabalhadores do Concelho, acrescentando ter sido surpreendido quando duas empresas pediram à Câmara para usar essa marca. -----

Em relação à questão da emigração, referiu que nunca disse que não havia emigração no Concelho, realçando que, pelo contrário, já disse, por diversas vezes, que a plataforma de negócios Bizfeira vem exatamente permitir a ligação com os emigrantes feirenses. Ressaltou que os emigrantes da atualidade já não são os emigrantes pouco qualificados dos anos 60, que são pessoas qualificadas, que são empresários que gerem os seus negócios, sublinhando que isso é um recurso absolutamente extraordinário e que deve ser aproveitado, porque pode trazer negócios para o Concelho. -----

Quanto à questão do impacto que a atividade do Sr. Presidente da Câmara, e do seu Executivo, traz na diminuição do desemprego, no aumento dos postos de trabalho no Concelho, disse respeitar as opiniões daqueles que acham que não tem impacto, mas que é da opinião que tem, comentando estar confortável nessa questão porque tem a certeza de que, quem está no terreno, partilha da sua opinião. -----

Em relação à redução das transferências, salientou haver duas ou três rubricas em que a Câmara não diminuiu um euro a verba transferida, nomeadamente as transferências para as Juntas de Freguesia, para os Bombeiros e para o apoio ao Desporto, no apoio que já era dado aos clubes, comentando não perceber essa crítica feita pelo membro Daniel Gomes. -----

Quanto ao impacto das rubricas Prestação de Serviços Autárquicos e Outros Serviços, disse que essa questão estava explicada nos documentos e que não valia a pena tornar a explicá-la.--

Em relação ao processo intentado contra a Câmara e à constituição de uma provisão, disse



Handwritten initials and signature.

julgar que o privado que intentou o processo não tem razão nenhuma mas que, apesar disso, a Câmara teria que se defender, e daí a provisão. -----

Sobre a intervenção do membro Moisés Ferreira, disse que o mesmo fez um discurso à lisboeta, falando da austeridade, falando que a Câmara está a diminuir o rendimento aos trabalhadores, fazendo sobressair, a respeito dessas afirmações, que a Câmara não baixou salários a ninguém, não cortou direitos a nenhum trabalhador e que, por isso, não percebia onde estava a contribuição da Câmara para a falta do poder de compra dos trabalhadores. -----

Quanto a dizer-se que o discurso da Câmara aproximava-se ao discurso da Sr.^a Ministra das Finanças, referiu que a Câmara não tinha os bolsos cheios, antes tivesse, recordando que a Câmara tem uma dívida de 49 milhões de euros. Comentou que, todavia, preferia que lhe dissessem que tem os bolsos cheios do que ser como o Syriza, na Grécia, sublinhando ser da opinião que o pagamento das dívidas e o cumprimento das obrigações deve ser um princípio de vida e que as entidades públicas devem dar o exemplo. -----

Sobre a cultura do emprego quando não há emprego, frisou que o problema do desemprego verifica-se em todo o Mundo mas que, apesar disso, a Câmara não fica de mãos quietas, daí ter lançado o serviço Via Verde Empresas, permitindo a legalização de empresas, isentando-as de taxas, bem como ter promovido missões empresariais, levando empresas ao estrangeiro na procura de mercados e de investidores. Sublinhou que estava aberto a sugestões do que devia ser feito de modo diferente, ou melhor, para resolver esse problema. -----

Sobre a intervenção da deputada municipal Margarida Gariso, nomeadamente sobre a afirmação de que a Câmara não apresentou resultados em relação à criação de postos de trabalho, disse não compreender essa afirmação porque a redução da taxa do desemprego é prova desse resultado, não compreendendo que outro resultado se possa querer. -----

Em relação à afirmação de que a Câmara não demonstrou nexos de casualidade entre as suas ações e a diminuição do desemprego, informou ter recebido mais de 80 empresários no seu gabinete, que eles sabem que quando têm um problema são recebidos pelo Presidente da Câmara e que, em um ou dois dias, veem os seus problemas resolvidos, ressaltando conseguir resolver quase todos os assuntos dos empresários do Concelho, muitas vezes até por via on-line. -----

Sobre o grande problema das zonas industriais ser, agora, a falta de sinalética, disse não haver um lote para venda nas zonas industriais do Roligo-Espargo, de Fiães, de Lourosa e de Rio



Handwritten signature and initials.

Meão, salientando que na zona industrial de Romariz não se vendia um lote há 10 anos mas que, atualmente, estão ali a ser construídas fábricas, questionando se isso não é um resultado e se tudo está a acontecer por obra do acaso. -----

Quanto à dinamização da procura interna, disse não saber o que isso é mas que sabia que quem tem de pagar as dívidas e a bancarrota são sempre os mesmos, ou seja, os cidadãos, frisando ser com trabalho que se faz essa dinamização.-----

Em relação à rede viária e ao plano de requalificação, disse que agora o discurso é esse, como já foi a dívida da Câmara, o não pagar a tempo e horas, o saneamento e a água, a rua do Outeirinho, ressaltando que o discurso vai mudando e que isso é um sinal claro de como as coisas vão evoluindo.-----

Sobre dizer-se que a diminuição da dívida aconteceu à custa de cortes nos direitos das pessoas, disse não saber onde é que a Câmara cortou direitos, fazendo sobressair que a Câmara vai resolvendo, calmamente, os problemas.-----

Disse que lhe aprazia registar que o Concelho de Santa Maria da Feira é coeso, que tem Cultura, Educação, Saúde, onde é bom viver, sublinhando que Santa Maria da Feira é dos concelhos do País com melhores indicadores de qualidade de vida e que, por isso, as pessoas não querem sair dele, e muitas querem entrar.-----

Em relação à intervenção feita pelo membro Filipe Moreira disse, sobre a questão das 25 frentes de obra para a requalificação da rede viária, não saber quais são essas 25 frentes de obra, comentando que a Câmara teve 25 frentes de obra mas foi na questão das obras de saneamento, na parte sul do Concelho.-----

Salientou que a Câmara tem o grande objetivo de avançar com a requalificação da rede viária, informando que já foram identificadas as estradas mais prioritárias e que a requalificação iniciar-se-ia, provavelmente, ainda em 2015, continuando pelo ano seguinte, sublinhando que a Câmara estava a tentar resolver esse problema.-----

Em relação ao Pavilhão de Fiães, disse ser verdade que teve alguns problemas mas que esses foram muito empolados pelas pessoas, salientando que, na sua generalidade, estariam resolvidos. Quanto ao problema relacionado com a ligação à rede de eletricidade, disse julgar que esse problema ficaria resolvido dentro de dias.-----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara agradeceu as palavras proferidas pelos membros Fernando Moreira e Marisela Maio, dizendo considerar que os mesmos



5.
A/A
ey.

fizeram uma avaliação correta dos instrumentos, acrescentando que estava muito orgulhoso com a sua equipa e pelos resultados que, ao fim de um ano de trabalho, conseguiram apresentar.-----

Usou novamente da palavra o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por referir que colocou uma série de questões às quais o Sr. Presidente da Câmara não respondeu, dizendo ter o direito a saber a razão pela qual foi intentado um processo contra a Câmara Municipal, porque já sabe que o foi, comentando que o proprietário não se terá lembrado de simplesmente levantar um processo contra a Câmara.-----

Em relação aos aspetos das Contas que apontou na sua intervenção anterior, nomeadamente no que respeita às transferências correntes e de capital para as juntas de freguesia e instituições sem fins lucrativos, disse ter tirado esses dados dos Relatórios de 2011, 2012 e 2013, ressaltando que nesses três anos, em média, foram de 7 milhões de euros e que, em 2014, foram de 3,5 milhões de euros, representando uma redução de cerca de 50%. -----

Referiu, quanto às receitas resultantes das taxas de resíduos sólidos urbanos e de saneamento, que houve um aumento de cerca de 2 milhões de euros e que gostava de perceber o porquê. ---
Salientou, em relação à Despesa, constatar uma redução de quase 5 milhões de euros na rubrica Outros Serviços, dizendo que queria perceber o porquê de uma redução tão grande, sendo que esses Outros Serviços são esmagadoramente explicados pelos resíduos sólidos urbanos e tratamento de afluentes.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por registar alguma confusão geográfica por parte do Sr. Presidente da Câmara uma vez que, estando-se na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, o Sr. Presidente da Câmara acabou em Lisboa mas, para lá chegar, passou por Atenas, ressaltando ser uma grande volta e uma grande confusão geográfica e que tal seria explicada por algum “jet lag” que estaria a afetar o Sr. Presidente da Câmara, de tantas viagens que fez com empresários ao estrangeiro.-----

Sobre a emigração, referiu que a verdade é que a ata da reunião de Câmara diz o que, seguidamente, se passa a citar: “O Sr. Presidente concluiu referindo que, associado a tudo isso estava o emprego jovem, dizendo que, felizmente, Santa Maria da Feira não tem nenhum fenómeno de emigração”.-----



5.
1/A
Seq.

Disse ter ficado contente por o Sr. Presidente da Câmara ter vindo dizer que essas não foram as suas palavras e admitido que existem problemas de emprego em Santa Maria da Feira, que obrigam os jovens a emigrar. Salientou temer que, também nesse aspeto, haja alguma confusão por parte do Sr. Presidente da Câmara porque, numa reunião de Câmara, disse que não havia fenómenos de emigração e, posteriormente, confrontado com isso, disse que provavelmente seria um erro e que não o teria dito e, passado mais um pouco, disse que toda a gente gosta de viver no Concelho de Santa Maria da Feira, que ninguém quer sair dele, voltando, portanto, à primeira toada de que não há emigração no Concelho. Salientou parecer-lhe relativamente grave, até para o pensamento social e económico do Concelho, que haja um Executivo que se recusa a ver a realidade. -----

Referiu lamentar que o Sr. Presidente da Câmara diga, ao ouvir esta discussão dos documentos de Prestação de Contas do Município de Santa Maria da Feira, que lhe parecia estar em Lisboa, frisando que os documentos e a política em discussão eram os documentos e a política que o Executivo Permanente da Câmara produziu, e que era isso que estava em debate. -----

Salientou que o Sr. Presidente da Câmara não respondeu aos assuntos principais, que tentou dizer que ele – Moisés Ferreira – teria afirmado que a Câmara esteve a retirar direitos às pessoas, ressaltando que iria haver uma ata desta sessão que iria mostrar que nunca disse isso, mas sim que a Câmara desinvestiu nas funções sociais e económicas do Concelho. Frisou que, efetivamente, houve esse desinvestimento, salientando que, em relação ao que estava orçamentado do ponto de vista de despesas de capital, ou seja, o investimento, a Câmara gastou menos 10 milhões de euros. -----

Sublinhou que o BE reiterava que, tendo em conta o desemprego e a pobreza existente no Concelho, não se podia poupar 10 milhões de euros em funções económicas e em funções sociais só para, depois, vir dizer-se que se cortou na dívida, fazendo sobressair que aquilo que se cortou não foi em dívida, mas sim nos apoios que eram necessários dar às pessoas. -----

Concluindo, disse que o Sr. Presidente da Câmara não respondeu muito em relação a essa questão, e que gostava que fosse respondida para que, no futuro, a poupança não fosse sempre feita à custa dos mesmos. -----

Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que, começando por referir-se à



4.
1/a
Def.

última intervenção do membro Daniel Gomes, informou que o processo intentado contra a Câmara diz respeito à Quinta de Santo António e que a Câmara considera tratar-se de um processo de má-fé, ressaltando que o processo foi intentado por um antigo proprietário da Quinta e que, tendo a Câmara sido surpreendida com essa ação, teria de fazer a sua defesa. ---
Em relação à questão sobre a rubrica Prestação de Serviços, na parte da Receita, disse que a explicação encontra-se na página 20 do Relatório de Gestão.-----
Sobre a questão da emigração, novamente falada pelo membro Moisés Ferreira, clarificou que quando falava num fenómeno de emigração referia-se a uma emigração maciça, ressaltando que o Concelho de Santa Maria da Feira não tinha nenhum fenómeno de emigração, mas que havia gente que emigrava.-----
Disse haver jovens qualificados cuja formação custou ao País, se calhar, 100 ou 200 mil euros e que não estavam a ser aproveitados, essencialmente em algumas profissões, como na área da Saúde, salientando que esses jovens, mediante melhores oportunidades, optavam por emigrar. Frisou não ser fácil manter esses jovens qualificados porque é preciso arranjar forma para que tenham emprego, ressaltando que tal implica muito trabalho e que se consegue, por exemplo, através da abertura de uma clínica oncológica como aquela que se localiza junto ao Europarque, ou através de uma unidade industrial para adaptação de próteses ósseas como aquela que a Câmara está a tentar que se instale no Concelho. Reafirmou que, para conseguir isso, talvez seja necessário fazer alguma viagem ao estrangeiro mas que, caso o objetivo seja alcançado, vale a pena a viagem, comentando não ter o problema de “jet lag” porque as viagens que faz são, normalmente, viagens curtas. Nesse âmbito, disse considerar os mercados mais próximos, como o francês, suíço, luxemburguês, belga ou inglês, como sendo mercados maduros, que pagam bem e de mais fácil acesso para as empresas do Concelho, para se aconselharem ou para exportarem os seus produtos, comentando que não viaja para a China nem para a Grécia, mas sim para países mais próximos.-----
Sobre a afirmação de que a Câmara desinvestiu nas funções sociais, esclareceu que a Câmara não desinvestiu, fazendo sobressair que a Câmara tem uma política social que reputa das melhores do Mundo e que está a ser copiada por muita gente, destacando o trabalho feito pelas muitas instituições que, estando mais próximas das populações, e numa política de parceria com a Câmara, ajudam e complementam nessa atividade, frisando que a Câmara não queria chamar a si todo o trabalho que é feito ao nível da ação social.-----



Handwritten signature and initials.

Reafirmou que a Câmara não cortou nos apoios às pessoas, dizendo entender que o apoio e ação social faz-se, essencialmente, com a criação de emprego mas que, na eventualidade de uma pessoa não ter emprego e precisar de apoio, deve ser ajudada, frisando que em Santa Maria da Feira esse trabalho tem sido feito.

Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara disse que poderia haver uma ou outra situação, por um qualquer motivo ou até por opção da própria pessoa, em que essa ajuda não chegou mas que, de uma maneira geral, a Câmara e os seus parceiros procuram resolver as situações, sublinhando tratar-se de uma equipa muito variada e muito boa e que nenhuma das pessoas que a integram aceitariam saber de uma situação de carência sem que tentassem dar uma resposta à situação.

Entretanto, durante a discussão deste assunto, saíram os membros Valdemar Silva, Luís André Santos e Fernando Sousa Pinho.

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 27, CDS-PP, Ind., PS: 4 – Augusto Santos, Fernando Sousa, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira), 15 votos contra (PS: 14, BE) e 1 abstenção (CDU), aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2014 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.

Saíram os membros António Topa e Margarida Alfama.

5 – Revisão Orçamental

- 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa

- 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI

- 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal – PAM

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.



4.
/ /
eej.

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 20 de abril de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 26, CDS-PP, Ind., PS: 4 – Augusto Santos, Fernando Sousa, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira), 14 votos contra (PS: 13, BE) e 1 abstenção (CDU), aprovar a 2.^a Revisão ao Orçamento da Receita, a 1.^a Revisão ao Orçamento da Despesa, a 1.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e a 1.^a Revisão ao Plano de Atividades Municipal – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 20 de abril de 2015.--

Reentraram os membros Luís André Santos e Fernando Sousa Pinho.-----

6 – Relatório de Gestão e Contas de 2014 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (para conhecimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel – a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita, fazendo notar que se tratava de um assunto presente à Assembleia para conhecimento. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que entre as rubricas em que se registou um aumento de despesa, de 2013 para 2014, estava a de Rendas e Alugueres, tendo havido um aumento de cerca de 90 mil euros. -----

Questionou qual a razão desse aumento, se houve novos equipamentos arrendados ou alugados por parte da Feira Viva durante 2014, e para quê, perguntando ainda se, para o futuro, perspetiva-se o aluguer desses mesmos equipamentos ou se a perspetiva é utilizar o



1.
M.
L.

Europarque, ou alguns equipamentos que existam no Europarque, aliviando esse tipo de despesas da empresa municipal. -----

Referiu que outra questão que queria colocar prendia-se com o facto de o BE ter tomado conhecimento de que a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) fez inspeções na Feira Viva que, provavelmente, teriam implicações nas Contas daquela empresa municipal. Disse que já haviam conclusões dessas inspeções, entre as quais a de que a Feira Viva teria de pagar horas extraordinárias feitas pelos trabalhadores nos últimos 5 anos. Perguntou à Câmara se confirmava essa informação e, sendo essa informação correta, como iria ser acautelado o pagamento, questionou ainda o porquê do acumular de tantas horas extraordinárias, nos últimos 5 anos, sem que os trabalhadores fossem pagos pelas mesmas. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que disse ter notado, da análise que fez ao documento, que em 2014 aumentou o valor do Subsídio à Exploração, contrariando a boa tendência que se vinha verificando nos últimos anos, em que esse subsídio vinha diminuindo. - Referiu que o aumento verificou-se em duas vertentes, ou seja, no aumento do valor, em si, de 1 milhão e 500 mil euros para 1 milhão e 880 mil euros, e na diminuição dos eventos efetuados pela Feira Viva, dado que o evento Imaginarius saiu do universo da empresa municipal. -----

Salientou que, ao contabilizar-se tudo isso, verificava-se um diferencial de 600 mil euros, questionando o porquê do aumento do Subsídio à Exploração tendo em conta que, em 2014, a Feira Viva realizou menos eventos. -----

Questionou, também, qual a razão pela qual não se levam a cabo os investimentos nas piscinas de Lourosa e Fiães, que permitiriam rentabilizar esses equipamentos que são estruturalmente deficitários. Salientou que esses equipamentos foram, eventualmente, mal planeados, mas que estava-se sempre a tempo de melhorá-los, ressaltando que o próprio Relatório da Feira Viva enuncia como o fazer. -----

Disse ser um aspeto positivo que as receitas próprias tenham um peso de 57%, fazendo sobressair, quanto à questão do lucro, que não lhe fazia diferença desde que representasse uma poupança ao Município. -----

Salientou que outra questão que queria ressaltar prendia-se com a falta de futuro e de ambição que sempre caracterizou a Feira Viva. Sublinhou que a Feira Viva sempre foi um centro de



I.
114
100.

inovação e de criação de novos espetáculos e eventos para o Município mas que, pelos vistos, isso acabou, dizendo notar que estava a haver uma diminuição do espaço de criação. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Sérgio Cirino apelou para que não se viesse a perder a ambição e a dinâmica que sempre caracterizaram a Feira Viva e que permitiram a criação dos espetáculos que, naquele momento, acontecem no Município de Santa Maria da Feira. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar os esclarecimentos solicitados, começando por aludir à questão relativa às rendas e alugueres, colocada pelo membro Moisés Ferreira, para informar que houve a necessidade de arrendar mais um pavilhão para armazenamento do equipamento que a Feira Viva tem, ressaltando que o aumento verificado nessa rubrica tinha, também, a ver com o aluguer de contentores para os eventos realizados. ---
Sobre a inspeção da ACT, comentou que o BE estava bem informado, que realmente houve uma inspeção, por denúncia, da ACT à Feira Viva, ressaltando que esses assuntos são normalmente do foro interno da empresa. Disse que a Feira Viva negociou um banco de horas com os trabalhadores mas que a ACT não concordou com essa metodologia, levantando algumas questões que estavam a ser analisadas pela administração da empresa municipal. Ressaltou que os próprios trabalhadores têm interesse nesse banco de horas, mas que lhes seria pago aquilo que viesse a ser determinado. -----

Sobre a questão colocada pelo membro Sérgio Cirino a respeito do aumento do Subsídio à Exploração, esclareceu que esse aumento se deveu à problemática da devolução do IVA, dos 600 mil euros, que se colocou há alguns anos. -----

Sobre o investimento nas piscinas de Lourosa e de Fiães, disse ainda tratar-se de um investimento bastante significativo, salientando que essa questão estava a ser estudada e que estava-se a tentar fazer a adjudicação. -----

Em relação à questão de uma diminuição do espaço de criação da Feira Viva, disse que não concordava, de todo, que tivesse havido essa diminuição, frisando que a Câmara e a Feira Viva partilham de eventos de âmbito cultural e desportivo, que continua a haver inovação e que, pelo que sabe, não houve nenhuma diminuição nos eventos realizados. -----

Referiu que, ao invés disso, existe um novo espaço de programação permanente, que é o Cineteatro António Lamoso, e que, portanto, até houve um aumento do espaço de programação. -----



[Handwritten signature]

Concluiu salientando que a Feira Viva teria, provavelmente, muitos desafios pela frente e que se congratulava com isso, até porque também era o Presidente do Conselho de Administração da Feira Viva, frisando que a equipa da Feira Viva estaria pronta para os enfrentar. -----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2014 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

7 – Europarque – Acordo de cedência de utilização entre o Estado Português e o Município de Santa Maria da Feira -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 23 de março de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Depois dos inúmeros alertas que ao longo dos anos o PS de Santa Maria da Feira tem vindo a lançar à Câmara Municipal (CM), no sentido de procurar uma solução para a dinamização e projeção para o Europarque, que se encontrava praticamente ao abandono e em visível estado de degradação, soubemos, pela comunicação social, que ao fim de mais de um ano de alegadas conversações entre o Presidente da Câmara e o Governo, no pretérito dia 19 de fevereiro, que o Governo vai passar o Europarque para a responsabilidade do nosso Município, por 50 anos. Apesar de a cedência não ter alegados encargos de renda, teremos de assumir a “responsabilidade integral pelos investimentos necessários para que o Complexo Europarque continue a ser utilizado no âmbito do interesse público a que se destina, como polo de desenvolvimento da região, e suporte todas as despesas e encargos de conservação e



5.
[Handwritten signature]

de manutenção do complexo no período de cedência”. -----

Face ao historial de erros e à falta de cuidado do Município em garantir os bons resultados do seu investimento, para o Grupo Municipal do PS (GM/PS) a preocupação, agora, é tentar perceber os verdadeiros contornos desta cedência, em toda a sua extensão, para evitar a repetição dos mesmos erros cometidos no passado, com custos gravosos para as contas municipais. -----

Na verdade, o Presidente da CM assumiu uma responsabilidade desta natureza, sem que existisse a discussão prévia que se impunha e sem evidenciar os fundamentos técnicos da sua decisão. Daí as reservas do GM/PS, tendo em conta o histórico do Europarque, que nos deveria servir de lição, principalmente porque marcado por muito esforço do Município e dos contribuintes, dando exemplos: -----

1. Pelo acordo celebrado entre o Município e a Associação Industrial Portuense (AIP) em 1990, no valor de centenas de milhares de euros e quase nada de contrapartida, ou garantias em caso de incumprimento por parte da AIP dos objetivos traçados para construção do Europarque, nomeadamente, a devolução ao Município dos prédios recebidos e o ressarcimento de quantias igualmente recebidas. Ou seja, os custos do incumprimento, recaíram apenas para o lado dos contribuintes e dos cofres do Município; -----

2. Pelo acordo celebrado em 2015 entre a Associação Empresarial de Portugal (AEP) e o Governo, em que este é obrigado a assumir a dívida da AEP, por força da garantia bancária concedida, no valor de 33 milhões de euros. Mais uma vez os contribuintes estão a pagar a incapacidade de gestão de uma entidade privada que levou à falência o projetado para o Europarque e defraudou os interesses da população e do concelho. -----

Hoje, estamos perante uma situação em que não foram realizados quaisquer estudos ou avaliação económico-financeira, que pudessem escorar esta decisão, e garantir a sustentabilidade futura do Europarque. -----

Assim como não existiu qualquer consulta e partilha de informação entre os restantes partidos nem com a sociedade. O que não se percebe nem se pode aceitar, quando nos dizem que o assunto estava a ser tratado há mais de um ano. A decisão foi tomada de forma secreta e longe da discussão pública, sem que para tal se perceba qualquer razão atendível, a menos que o Sr. Presidente da CM nos explique! -----

O GM/PS também gostaria de ouvir do Sr. Presidente a informação relativa a eventuais



J.
11/4
10/4

medidas cautelares que possa ter tomado para precaver resultados negativos, ou de contrapartidas e compromissos que tenha obtido do Governo, no âmbito desta transferência de responsabilidades. Um ano de negociações ultra secretas, deverá ter sido tempo suficiente para refletir e redigir alguns protocolos de colaboração e compromissos que irão contribuir para a sustentabilidade do Complexo. Diga-nos que sim e já agora quais, pois todos desejamos o sucesso do Europarque, porque, se outra razão não houvesse, já para lá demos muito dinheiro e mais não queremos vir a dar sem contrapartidas aceitáveis. -----

Mas não temos qualquer sinal de que o Sr. Presidente da Câmara, nas negociações que desenvolveu com o Governo em mais de um ano, tenha sabido obter compromissos da parte deste, que melhor acautelassem os interesses do nosso Município. -----

Mais, sendo o Europarque reconhecido “como um equipamento estratégico âncora da região norte, contribuindo para a afirmação da região norte como polo de referência do empreendedorismo e da atividade empresarial” porque não promoveu, o Governo, o envolvimento dos Municípios da Área Metropolitana do Porto? Porque não envolveu e comprometeu o Conselho Metropolitano do Porto, de que faz parte, nesta decisão? Considera o senhor presidente da CMF, que depois de já ter assumido esta responsabilidade, terá melhores argumentos do que o próprio Governo, para comprometer os Municípios da Área Metropolitana do Porto neste projeto que se afirma ser da Região Norte? Porque não comprometeu o Governo com a realização de um x número de eventos/congressos de âmbito nacional e internacional no Europarque, como sempre defendemos enquanto vereadores na CM? -----

O PS sempre foi favorável à viabilização do Europarque por todas as razões já expendidas, mas não a qualquer custo, nem à revelia dos interesses dos feirenses e do Município, assente em meros atos de fé sem qualquer informação que suporte, de forma responsável, a sustentabilidade deste projeto do Europarque que todos desejamos que tenha sucesso.” -----

Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Temos em mãos o problema seguinte:-----

Queremos ou não que o município assuma a gestão de um equipamento implantado numa área de 184.919 m² onde se encontram implantados cerca de 80.000 m² de equipamentos, como



5.
1/2
cep.

sejam: -----

Edifício Técnico com 1.682 m²; -----

Edifício Administrativo com a área de 1.297 m²; -----

Pavilhão de exposições com a área de 11.641 m²; -----

Centro de Congressos com a área de 16.851 m²; -----

Auditório com a área de 7.089 m²; -----

Restaurante com a área de 1.490 m²; -----

Arranjos exteriores e Parque de Estacionamento, com 27.589 m² para cerca de 900 lugares; ---
e ainda Heliporto com a área de 3.562 m². -----

Todos estes edifícios, devidamente equipados, que representaram, há cerca de 20 anos, um investimento de mais de 50 milhões de euros são colocados ao dispor do Município, por um período de 50 anos, sem qualquer outro encargo que não seja: -----

Responsabilizar-se “pelos investimentos necessários para que o Europarque continue a ser utilizado no âmbito dos fins de interesse público a que se destina, como polo de desenvolvimento da região, e suportar todas as despesas e encargos de conservação e manutenção do complexo Europarque pelo período de cedência, nos termos legais”. -----

Do DL n.º 46/2015 do passado dia 9, que trata desta questão, consta ainda das suas considerações finais, o seguinte: -----

“Neste contexto, tendo em vista a dinamização e prossecução das finalidades de interesse público do complexo Europarque, deve procurar-se que iniciativas de natureza pública naquela região sejam preferencialmente desenvolvidas na área do mesmo, no sentido de contribuir para o desenvolvimento económico da região e para a sustentabilidade do equipamento em causa”. -----

Nesta Assembleia é tão só isto que está em discussão. -----

Permitam-me que com todo o respeito transcreva da ata da Câmara, onde o assunto foi discutido, as seguintes declarações: -----

Do Sr. Vereador António Bastos: -----

“...Com o objetivo de ampliar o pavilhão Rosa Mota e transformar o mesmo num salão de congressos para 4500 pessoas, dizendo que tal vai criar, no seu ponto de vista, um vazio no Europarque, mas que é óbvio que também não há interesse em que a Câmara deixe cair o Europarque, de forma alguma”. -----



Da Sr.^a Vereadora Suzana Correia: -----

“Os Vereadores do PS tem plena consciência, e ela própria em particular, do que significa o Europarque para o concelho de Santa Maria da Feira”. -----

Da Sr.^a Vereadora Isabel Machado: -----

“...Sublinhou que lhe apraz referir que faz 25 anos em dezembro que o Município de Santa Maria da Feira foi o concelho escolhido para acolher um equipamento que integra o maior centro de congressos do País e dizer também que todos os municípios e todos os Feirenses não gostariam de ver o Europarque em ruínas, pelo que, como vereadora entende que se deve ir para a frente neste projeto porque o tempo urge, as envolventes contextuais são muitas, os estudos económicos valem o que valem, e o que faz trabalhar os Feirenses é serem Good Makers (...) -----

Disse ainda que acredita que o município tem capacidade e não precisa de projetos, porque os projetos com certeza que também foram feitos há 25 anos, mas quem é da área de gestão sabe o quanto as envolventes, como as económicas, tecnológicas e demográficas, estão fora do alcance de quem gere e são envolventes que não se conseguem superar. Frisou que só se consegue superar o que está dentro de uma empresa, o que está dentro do município, que são os pontos fortes, os pontos fracos, oportunidades e ameaças, pelo que na sua opinião, os estudos valem o que valem”. -----

Tomei a liberdade de transcrever estas declarações para concluir que: -----

Me revejo inteiramente nelas e de forma muito especial nas proferidas pela Sr.^a Vereadora Isabel Machado; -----

No âmago deste problema, todos estamos de acordo; -----

Divergimos apenas em pequenas coisas que para uns são pormenores e que, por ventura, para outros serão “pormenores”. -----

Nesta como noutras matérias há momentos em que temos que tomar decisões, por mais complicadas e difíceis que sejam. Este é o caso. -----

Sabemos que é um processo ambicioso e simultaneamente complicado, com riscos, mas a que não podemos virar as costas. Os Feirenses não nos perdoariam. -----

Pessoalmente não tenho qualquer dificuldade em apoiar a decisão tomada pelo executivo na sua reunião do passado dia 23, mesmo sabendo ou tendo consciência que esta decisão poderá trazer alguns custos para o Município. -----



+

11/1

10/1

Confio que a Câmara, com o apoio dos Feirenses e das gentes do norte, vencerá mais este grande desafio e tenho a certeza de que os benefícios para o Concelho, para a Área Metropolitana do Porto e até parte da região norte serão bem superiores aos eventuais custos. - Decidida esta questão, nos precisos termos em que nos é colocada, todos seremos chamados a contribuir para se encontrar a melhor estratégia para o funcionamento e rentabilização do Europarque. -----

Repito: Ninguém nos perdoaria que este excelente equipamento ficasse ao abandono, por pouco tempo que fosse. -----

Por isso, com convicção mas com consciência das dificuldades que nos podem esperar, vamos votar favoravelmente a assinatura do acordo de cedência do Europarque.”-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que são conhecidos os discursos tidos na altura da construção do Europarque, em que se argumentava que iria criar muito emprego, que seriam criadas muitas empresas, que iria desenvolver muito o tecido económico do Concelho, e o próprio Concelho, salientando que, afinal, esses argumentos não foram verdade em nenhuma das facetas apontadas para o Europarque, nem enquanto centro de congressos nem enquanto centro de um projeto de especulação imobiliária. -----

Referiu que o que aconteceu foi o Município dar benefícios fiscais à Associação Empresarial de Portugal (AEP), que não pagou IMI pelo Europarque durante muito tempo, e um governo, por mão, na altura, de Cavaco Silva, a dar uma garantia à AEP que, depois, deixou um calote de mais de 30 milhões de euros, a ser pago por todos os cidadãos.-----

Salientou que nem o Sr. Presidente da Câmara acredita que possa sair do Europarque um projeto viável, daí tê-lo apresentado como um projeto de tentativa e erro, que pode vir a dar algum prejuízo, que pode vir a dar alguma coisa. -----

Disse que o passado ensinou que muitos dos projetos para o Europarque, sendo de tentativa e erro ou sendo mais ou menos planificados, acabaram por redundar em enormes falhanços, frisando que o BE via ainda com maior preocupação a intenção da Câmara ficar com a gestão daquele equipamento porque, até ao momento, não apresentou nenhum plano de gestão para o Europarque em que dissesse o que devia ficar ali localizado, para que serviria, quais as áreas económicas e outras onde iria prestar serviços, bem como se a Câmara pretendia geri-lo com alguém ou sozinha. Referiu que, nessa medida, aquilo que a Câmara estava a pedir à



4.
HA
eaf.

Asssembleia Municipal era que esta assinasse um cheque em branco, com a validade de 50 anos, correspondente ao prazo do contrato de gestão do equipamento, porque, efetivamente, a Assembleia Municipal nada sabia daquilo que a Câmara queria fazer com o Europarque. -----
O membro Moisés Ferreira prosseguiu dizendo que acrescia, ao que apontou, uma série de dúvidas, nomeadamente com a possibilidade do Pavilhão Rosa Mota ser convertido num centro de congressos, questionando o que aconteceria ao Europarque no caso do Pavilhão Rosa Mota passar a ser um centro de congressos apoiado por outros municípios da região norte. -----

Referiu haver, também, a questão sobre a ausência de estratégia da Câmara bem como a questão sobre a própria AEP, ressaltando que a AEP já manifestou, com enorme cara de lata, a intenção e disponibilidade para ajudar na gestão de um equipamento, o Europarque, que fez falir magistralmente. Nesse âmbito, questionou se a Câmara estava a ponderar recolocar a AEP, de alguma forma, na gestão do Europarque. -----

Disse concordar com o membro Fernando Moreira em relação a haver momentos em que é preciso tomar decisões, por mais complicadas e difíceis que sejam, mas que é do entendimento que, perante esses momentos, é preciso estar-se munido de todas as informações para tomar a decisão. Referiu não ser isso o que se passava em relação à matéria em discussão, reafirmando que não se sabia o que a Câmara tinha pensado para o Europarque ou, sequer, se tinha alguma coisa pensada, comentando que apenas se conhecia uma enorme vontade da Câmara em ficar com o Europarque para, depois, ver o que fazer com aquele brinquedo. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Moisés Ferreira destacou que, sem informações, considera haver momentos em que é saudável e ajuizado adiar tomadas de decisão. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Europarque está no território de Santa Maria da Feira. -----

Há alguém ou outra entidade que possa defender melhor os interesses de Santa Maria da Feira? -----

Há alternativa para gerir o Europarque à Camara Municipal?-----

Se entenderem que há, digam-no.-----



↓
114
100

Se não há, porque questionam invocando estudos, planos, regulamentos e estratégias? Nós sabemos. -----

Porque aqui o PS está sempre contra tudo e quando o executivo consegue resolver um problema o PS fica aflito. -----

Na campanha eleitoral foi a situação financeira do município, que pagava com um ano de atraso. Foi-se a bandeira do PS e a resposta é estar a pagar a 27 dias. -----

O PS anda desorientado e mais uma vez falhou totalmente no alvo e como consequência já deitou 2 elementos seus borda-fora. -----

Meus senhores: o que está em causa é a Câmara assumir a condução do Europarque por 50 anos ou não assumir e esperar que outros defendam os nossos interesses. Nada mais. -----

Depois desta decisão, então sim, -----

- Encontre-se o modelo de gestão, -----
- Façam-se planos estratégicos, -----
- Encontrem-se parceiros, -----
- Estude-se a melhor forma de potenciar esta mais-valia que representa termos este magnífico equipamento no nosso território. -----

Ninguém pense que a exploração do Europarque vai dar lucro. Muito dificilmente dará como aconteceu até 2011. A AEP deixou degradar a imagem do Europarque e em termos físicos deixou de investir na conservação nos últimos anos. -----

Mas eu pergunto: Se der 300 ou 400 mil euros de prejuízo nos primeiros anos, o projeto deve ser abandonado? -----

Um equipamento que trará muitos milhares de pessoas ao nosso Concelho, um equipamento que em termos económicos e socioculturais pode contribuir imenso para o nosso desenvolvimento, um espaço de lazer por excelência, tem que dar lucro? -----

Se assim não entendem, também defendem que se fechem bibliotecas, museus, termas ou parque ornitológico. -----

Dirijo-me apenas ao PS porque não soube aplaudir o facto de a Câmara ter conseguido que o governo lhe entregasse este equipamento, sem contrapartidas financeiras. O racional é que aplaudisse esta decisão, e a seguir contribuísse com as suas sugestões para que se encontrassem caminhos para o sucesso da gestão do Europarque. -----

Mas Não. O PS de Santa Maria da Feira, de tão nervoso que anda deu mais um tiro no pé, e



olhem que vai doer por muito tempo. -----
Porque os eleitores feirenses vão registando a postura do PS de Santa Maria da Feira que vagueia entre o mundo da fantasia e a politiquice que em nada contribuiu para o bem da nossa terra e das nossas gentes.” -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que falar do Europarque é falar de um instrumento que, de há 25 anos a esta parte, foi trazido para o Concelho de Santa Maria da Feira e que todos concordam que, na altura, foi um projeto que merecia as pressões positivas porque permitia que algo de relevante pudesse ser encaminhado para o Concelho e que enfatizava o nome de Santa Maria da Feira.-----

Referiu que, em função disso, não só o Estado como o próprio Município de Santa Maria da Feira tiveram que investir, e muito, no Europarque, salientando que, como tal, também os feirenses foram arrastados na responsabilidade de viabilizar esse instrumento. -----

Disse que todos concordariam que o Europarque deve ser visto de uma forma muito mais ampla e transcendente do que há 25 anos, frisando que a realidade de então não se compagina com a realidade de hoje e que, portanto, não se podia esperar que o projeto inicial pudesse ter viabilidade nos tempos atuais, ressaltando que o projeto do Europarque tinha de ser trabalhado de acordo com uma visão compaginada com os dias de hoje, percebendo que este tipo de estruturas já não têm, mesmo internacionalmente, a visibilidade e o mesmo fito de negócio que tinham há 25 anos.-----

Disse ser preciso levar em consideração que o Europarque é uma estrutura que se encontra no território de Santa Maria da Feira, que sofreu investimento do Município e dos feirenses e, como tal, todos estariam de acordo que não pode ser colocado ao abandono, mas sim que tem de ser aprimorado, trabalhado e revigorado, que não pode ser visto somente como um centro de negócios, frisando que o Município não podia aceitar, de ânimo leve, que outros assumissem uma posição de relevo na negociação e viabilização do Europarque, que essa teria de ser uma decisão do Concelho. -----

Referiu que a cedência da gestão do Europarque, por parte do Estado, é importante e positivo para o Concelho, que essa opinião será transversal a todos os partidos políticos representados nesta Assembleia Municipal, salientando contudo que, pelo que se foi conhecendo através da comunicação social, a negociação já se arrolava há um ano e que, nessa medida, considera



que teria sido premente e relevante que todos os parceiros sociais, económicos, financeiros e, inclusivamente, políticos, nomeadamente aqueles que foram eleitos pelo povo para os representar, tivessem sido chamados e auscultados para darem uma opinião. -----
Frisou, que independentemente de considerar que o sigilo é, muitas vezes, amigo do sucesso das negociações, entende que teria sido relevante que o Município tivesse agilizado mecanismos e processos para perceber até que ponto o Europarque poderia ser capitalizado, poderia ter uma visão diferente, um conjunto de parcerias, de intervenções, de know-how e, acima de tudo, tivesse desenvolvido estudos que confirmassem, perante esta Assembleia, o porquê de viabilizar esta cedência, o porquê de ser positivo para o Concelho. -----
Destacou que ninguém estava a pedir que o Europarque desse lucro, mas que também não se podia aceitar assumir qualquer tipo de posição sem nada compaginado que dissesse como as coisas iriam acontecer, ou seja, sem num projeto de gestão, sem saber quem vai gerir a estrutura, sem saber se vai ter uma gestão profissional ou em parceria com outras entidades, ressaltando que nada foi dito a esse respeito e que, ao contrário do que foi dito por alguns vereadores na reunião de Câmara, os estudos não são para ser feitos à posteriori. -----
O membro Válder Amorim concluiu referindo que, tal como é inviável aprovar um PDM sem antes se realizarem estudos, também não se pode ter uma visão de futuro para o Europarque sem desenvolver estudos e validar aquilo que é a orientação, e conseqüente votação, dos partidos políticos representados nesta Assembleia, que foram eleitos para representar o povo. -

Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que começou por dizer que, no entendimento da CDU, o ponto de vista em relação ao Europarque é mais um seguimento das políticas nacionais, de concessionar ao Estado o que dá prejuízo e concessionar ao privado o que dá lucro. -----

Referiu que o Europarque é uma infraestrutura demasiado grande para o Município e que, portanto, deve ser pensada a nível regional e nacional, ressaltando que nunca foi pensada a esse nível e que foi, durante 25 anos, mal gerida, dando o prejuízo que deu. -----

Disse ser preciso ter a consciência que a Área Metropolitana do Porto nunca foi solidária com o Município de Santa Maria da Feira em relação ao Europarque, realçando que, dados os interesses que outros municípios vizinhos têm em infraestruturas que, sendo mais pequenas, são idênticas e têm capacidade para receber eventos com características semelhantes, tem



muitas dúvidas de que tais municípios tenham interesse em ser solidários com Santa Maria da Feira, no que concerne ao Europarque. -----

Salientou que se impõe resposta a algumas questões, nomeadamente o que vai acontecer aos funcionários do Europarque; qual o real custo da manutenção das infraestruturas do Europarque que, tendo 25 anos, já precisam de manutenção e que, daqui por 50 anos, terão 75 anos; se a Câmara pretende passar serviços para essas infraestruturas, poupando assim custos; se existe intenção de passar a Feira Viva, por exemplo, para aquelas instalações; quanto pretende a Câmara Municipal gastar, no imediato, na revitalização do espaço, e como pretende dinamizá-lo para que não represente um prejuízo para o erário público. -----

Salientou que, como referido, o Europarque não tem que dar lucro mas também não pode dar prejuízo, dizendo que se impunha saber qual o plano da Câmara Municipal, a curto e médio prazo, para que aquela infraestrutura não venha a dar prejuízo, dado ser sabido que o grupo municipal do PSD aprovaria, nesta sessão, o referido acordo de cedência do Europarque. -----

Interveio a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que iniciou por referir que, pelo que ouviu, estava-se a encetar por uma nova forma de gerir o interesse público do Concelho, comentando que primeiro a Câmara decide casar e só depois vai ver se o rapaz agrada ou não agrada. -----

Salientou que o grupo municipal do PS quer o Europarque e que sobre isso não há dúvidas, que entende que o mesmo deve ser gerido mas que entende, também, que a Câmara Municipal não podia ter permitido que o governo se libertasse de um elefante branco sem ter a mínima garantia, dando-se ao luxo de tomar uma decisão deste calibre sem apresentar um número, de quanto é que vai gastar e de quanto vai receber, frisando que o grupo municipal do PS não aceitava isso. -----

Recordou que, a propósito das mini lojas de cidadão, o Sr. Presidente da Câmara deu-se ao luxo de dizer que tinha de pensar porque envolvia despesas significativas para o Município, referindo, sobre isso, que em relação às mini lojas seriam umas centenas de euros enquanto, no que concerne ao Europarque, esse prejuízo é de milhões de euros, ressaltando que o Sr. Presidente da Câmara desconsiderou esta Assembleia Municipal ao não ter apresentado um número em relação ao que vai gastar em termos de gás, luz e outros consumíveis, e em tudo o mais que está envolvido, nem diz como tenciona rentabilizar aquele espaço. -----



Salientou que, lidando com dinheiro dos contribuintes, o Sr. Presidente da Câmara tem de ter a responsabilidade de dizer a todos os feirenses como é que fez o negócio uma vez que, do lado do Município, está o prejuízo de milhões de euros, destacando que o Sr. Presidente da Câmara dá-se ao luxo de considerar que não é assim. -----

Disse que a Câmara não reduz a taxa de IMI para ajudar a população, comentando que o tempo iria dizer o que a Câmara vai fazer com o Europarque, e se o mesmo não se vai traduzir em mais um processo de falência. -----

A deputada municipal Margarida Gariso concluiu dizendo, a respeito da politiquice de que falou o membro José Manuel Leão, que politiquice é o PSD votar 100% contra as propostas que o PS faz nesta Assembleia e, lá fora, dizer que estão a favor daquilo que o PS defende. ----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por comentar que as intervenções havidas se foram respondendo umas às outras, dizendo que dava os parabéns porque, pelo que ouviu, há unanimidade de que o Europarque é um equipamento de interesse para o Concelho. - Disse, nessa medida, ter anotado algumas expressões proferidas pela deputada municipal Margarida Gariso, nomeadamente as expressões “o PS sempre votou favorável”, “nós queremos o Europarque”, “todos ansiamos pelo sucesso”, tendo a deputada municipal *Margarida Gariso* retorquido, a partir do seu lugar, que não a qualquer preço.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 28, Ind., PS: 1 – Augusto Santos), 18 votos contra (PS: 16, BE, CDU) e 1 abstenção (CDS-PP), aprovar os termos do acordo de cedência em epígrafe – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Saíram os membros Daniel Gomes, Carla Adriana Pinto, Gastão Silva e Maria Manuela Teixeira. -----

8 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira -----
- Transmissão de participações sociais -----



O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 15 de dezembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Instrui o processo em referência os elementos que, seguidamente, se enumeram – cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas: -----

- Ofício da Indagua Feira de 22/10/2014, -----
- Ofício da Câmara n.º 13384 de 31/10/2014,-----
- Ofício da Indagua Feira de 21/11/2014 e respetivos anexos, -----
- Informação da Diretora do Departamento de Administração e Finanças, Dra. Sónia Azevedo,
- Informação da sociedade de advogados Campos de Oliveira, Pedrosa de Moura, Sociedade de Advogados, RL. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por, aludindo à expressão popular que diz que pela aragem se vê quem vai na carruagem, referir que até numa questão simples como é a transmissão de participações sociais se via que tipo de importância a Indagua Feira dava à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. -----

Salientou que o contrato de concessão diz que tem que se indicar exaustivamente quais são os motivos da transmissão, bem como os termos e condições da mesma, mas que essas informações simplesmente não aparecem nos documentos facultados pela Indagua Feira, sublinhando que isso é demonstrativo do respeito, ou falta dele, com que a Indagua Feira trata a Câmara e a Assembleia Municipal. -----

Referiu que a Indagua Feira, numa questão simples como a transmissão de participações sociais, não conseguiu demonstrar alguma clareza, questionando como seria em relação às contas que têm de ser feitas quando se chega à questão do tarifário. -----

Concluindo, disse que a Indagua Feira ganha sempre e que os feirenses perdem sempre, salientando ser por isso que o preço da água vai aumentar outra vez, e ser por isso que a



6.
1/4
2015

Indaqua Feira, em 50 anos, vai ter mais de 100 milhões de euros de lucro.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 27 votos a favor (PSD), 2 votos contra (BE, PS: 1 – Sérgio Cirino) e 16 abstenções (PS: 13, CDS-PP, CDU, Ind.), autorizar a transmissão de participações sociais, no âmbito da concessão em epígrafe, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 15 de dezembro de 2014.-----

Reentrou o membro Maria Manuela Teixeira.-----

9 – Proposta de isenção de taxas de ocupação de espaço público ao Clube Desportivo Feirense-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 20 de abril de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Eduardo Rocha* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“O Grupo Municipal do PS concorda com a proposta de isenção de taxas de ocupação de espaço público ao Clube Desportivo Feirense.-----

No entanto, entendemos que este benefício deve estar disponível a todas as associações e mesmo Juntas de Freguesias (JF) do concelho, a fim de assegurarmos o princípio da igualdade.-----

No normativo em vigor não está assegurada tal isenção às associações ou Juntas de Freguesia que a pretendam, obrigando a submeter a proposta a votação nesta assembleia, ficando desta forma dependente da vontade política.-----

Impõem-se assim uma alteração legislativa, nomeadamente ao Regulamento de Publicidade e



5.
H
eef.

Ocupação de Espaço Público do Município no sentido de estabelecer a isenção das taxas de ocupação de espaço público às coletividades e JF, assim se assegurando a isenção a todas estas entidades de forma automática, decorrente da Lei e não de uma deliberação deste órgão político. Não estando, no atual normativo legal, tal isenção e, em consequência, tal igualdade asseguradas, os eleitos do PS ir-se-ão abster. -----

Consideramos igualmente que uma outra questão pertinente se levanta neste ponto. Neste caso em concreto, e provavelmente em muitos dos casos de ocupação de espaço público, a ocupação do espaço destinar-se-á a receber placards publicitários, habitualmente denominados “Outdoors”. Consideramos que aqui, independentemente da isenção ou não da taxa, deverá haver uma preocupação ao nível ambiental do executivo camarário aquando do seu licenciamento, impedindo a profusão destes meios publicitários, e as verdadeiras “florestas” de cartazes, causadores de grande “ruído” visual.”-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD: 25, CDS-PP, CDU, Ind., PS: 1 – Augusto Santos.), 1 voto contra (BE) e 16 abstenções (PS: 14, PSD: 2 – Bernardino Couto e António Óscar Neves), aprovar, sob proposta da Câmara, a concessão da isenção total do valor de 423,30 € correspondente à taxa de ocupação de espaço público a liquidar ao Clube Desportivo Feirense, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 20 de abril de 2015. -----

10 – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno sito em Escapães --

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 9 de março de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Manuel Almeida* (PS) que começou por dizer que, embora tratando-se de



4.
M/A
Caf.

um tema simples envolvendo uma pequena parcela de terreno pertencente ao domínio público, entendeu o grupo municipal do PS dizer alguma coisa em relação a este tipo de temas, recorrentemente submetidos à Assembleia Municipal. -----

Referiu que embora a presente desafetação seja clara e se perceba, pela planta distribuída, estar em causa o melhoramento de um arruamento, nem todas as desafetações anteriormente presentes à Assembleia Municipal foram tão claras, fazendo notar que, por exemplo, não se percebia o que estava em causa na desafetação presente na última sessão da Assembleia, referente a um terreno sito em Santa Maria de Lamas. -----

Salientou considerar que seria de bom-tom que este tipo de matérias fossem objeto de uma mais cuidada apresentação quando submetidas à Assembleia Municipal, não porque estivesse em causa problemas de confiança nos edis municipais ou porque se pensasse que pudesse haver alguma maldade inscrita no assunto, porque tinha a certeza que não havia e até votaria de cruz sabendo o proponente do assunto, mas sim porque, de futuro, podem levantar-se outro tipo de desafetações, de maior polémica, que não envolvam 93 m² mas, por exemplo, 9.000 m². -----

Referiu ter constatado que o assunto, apesar de não ter gerado controvérsia, na reunião da Câmara, mereceu a abstenção de três vereadores, dizendo ser da opinião que os consensos que se possam gerar nestas matérias, que envolvam o domínio público, são sempre bons. -----

Frisou que os políticos e os que intervêm na vida pública têm o ónus da mulher de César, ou seja, não basta serem sérios, têm também de parecer sérios, ressaltando que para poder decidir em consciência estes assuntos gostaria que os mesmos viessem apresentados de uma outra forma, com uma melhor explicação. -----

Disse não estar em causa o Estatuto do Direito da Oposição, mas sim o próprio estatuto desta Assembleia Municipal, fazendo sobressair que este Órgão é chamado a decidir sobre uma desafetação, sobre uma alienação de algo que não lhe pertence, que pertence a todos, e como tal queria manifestar esse desagrado bem como sugerir que, para o futuro, haja a agregação desses fundamentos, de forma mais explícita. -----

Concluindo, o membro Manuel Almeida deu nota que o grupo municipal do PS se absteria na votação desta matéria. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, que sublinhou que a desafetação em questão



6.
M/1
cel.

tinha a ver, essencialmente, com um alinhamento, referindo que, naquele momento, estava em causa a desafetação do domínio público, ressaltando que as negociações em relação a uma eventual permuta, ou venda do terreno, ainda estavam a decorrer e que tinha toda a confiança no vereador responsável pelas mesmas, fazendo notar que quando as coisas são claras e transparentes, como o são sempre, não deixam grandes dúvidas.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD: 27, CDS-PP, CDU, Ind., PS: 4 – Augusto Santos, Fernando Sousa, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira) e 12 abstenções (PS: 11, BE), aprovar, sob proposta da Câmara, a desafetação do domínio público, para integração no domínio privado do Município, da parcela de terreno com a área de 93 m² (caminho público), sita em Escapães – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

11 – Programa Movimento e Bem-Estar – Transferência de Verbas -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 23 de março de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Maria Oliveira* (PS) para fazer um pedido de esclarecimento relacionado com o quadro distribuído, referente às verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, realçando que, comparando-o com o do ano passado, são exatamente iguais, com precisamente as mesmas verbas e os mesmos anos indicados, ou seja, 2013 e 2014. Nesse âmbito, questionou se tal se tratou de um lapso ou se existia outra explicação para que os dois quadros fossem exatamente iguais.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* usou da palavra, começando por referir que o Programa em



questão repete-se todos os anos, reconhecendo que talvez tivesse havido um lapso no que concerne aos anos que constam do quadro distribuído, comentando que, por vezes, quando se faz o “copy/paste” de documentos anteriores esses erros acontecem, mas que isso seria melhor esclarecido com os respetivos serviços da Câmara.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* solicitou ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de que, posteriormente, essa questão fosse esclarecida, pelo menos, aos líderes dos grupos municipais, ou por correio eletrónico ou por ofício – o que teve a anuência do mesmo. -----

A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS), perante essa situação, questionou à Mesa se a Assembleia iria votar um assunto sem saber exatamente o que estava a votar.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu novamente a palavra, realçando que os valores estavam corretos e que o eventual erro se prendia somente com a questão dos anos que constam do quadro, destacando que não queria prejudicar as Juntas de Freguesia deixando que as mesmas ficassem sem receber as verbas durante mais dois meses, tendo a deputada municipal *Margarida Gariso* concordado que, assumindo a Câmara que o erro se prendia somente com a questão dos anos e que os valores estavam corretos, o assunto fosse submetido a votação.----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter o assunto a votação, sublinhando que o essencial, para a Assembleia Municipal, era que os valores referentes às verbas a transferir para as Juntas de Freguesia estavam corretos. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 46 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar, sob proposta da Câmara, a transferência das verbas respeitantes às Juntas de Freguesia, referente ao Programa em epígrafe, nos termos do quadro que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

12 – Espaço Cidadão/Mini lojas do Cidadão (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento) -----

Assunto retirado da Ordem do Dia, a pedido do proponente do assunto, membro Márcio



Correia (PS), pela razão explicada pelo mesmo no Período de Antes da Ordem do Dia da presente sessão e que já se encontra exarada nesta ata. -----

13 – Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação do ano de 2014 (para conhecimento) -----

14 – Relatório n.º 759/2011, da Inspeção-Geral de Finanças, relativo a Auditoria ao Município de Santa Maria da Feira – Controlo das Despesas com Pessoal (para conhecimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou a Assembleia que, tendo feito uma rápida consulta à Comissão Permanente, foi acordado adiar para a próxima sessão a realizar pela Assembleia Municipal a discussão dos dois assuntos em epígrafe. -----

15 – Zonas Industriais -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 20 de abril de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que concordava com a proposta da Câmara, no sentido de dar uma oportunidade a entidades que estejam em incumprimento, referindo ser preciso perceber que algumas das empresas do Concelho passaram por dificuldades económicas relevantes e importantes. -----

Salientou que, apesar do ambiente económico ser, atualmente, um pouco melhor, essa atenção e essa sensibilidade para com as empresas é positiva porque permitiria que muitas dessas, que não tiveram capacidade financeira para desenvolver um projeto e, inclusive, construir, possam optar pela alternativa de entregar à Câmara a possibilidade de revenda e conseguir o retorno do investimento que fez. -----

Referiu considerar ser igualmente preciso ter uma sensibilidade para com as empresas que



4.
H/A
el.

foram cumpridoras, ressaltando que, se agiram mediante o que estava preconizado e acordado, devem auferir também uma atenção da parte da Câmara, frisando ser justo que assim seja, por uma questão de equidade e transparência relacional e institucional. -----

Salientou que outra nota que queria dar prendia-se com a morosidade do processo, salientando que foi extremamente moroso, que já começou há muito tempo e que, pelo meio, existiram um conjunto de situações que conduziram ao arrastar do mesmo. -----

Disse que dava a sensação de que a Câmara Municipal encontrava-se, naquele momento, obrigada, entre aspas, a dar alguma rapidez ao processo também em função de algumas recomendações feitas pelo IGAL, comentando que, de facto, a situação não podia continuar como estava. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Válder Amorim disse que, nessa vertente, era preciso dar uma nota negativa, frisando a necessidade de agilizar os processos, não permitindo que se arrastem 'ad aeternum' no tempo, ressaltando que esse arrastar não trazia nada de benéfico para a Câmara, para os empresários e, como é evidente, para o tecido produtivo do Concelho. -

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“As Zonas Industriais (ZIs) têm por principais objetivos a criação de riqueza e emprego através da construção de unidades industriais e armazéns de retém. Com vista a alcançar esses objetivos, a Câmara Municipal (CM) estabeleceu em Regulamento direitos e obrigações para as partes, assumidas no momento de compra dos lotes e excecionais condições de preço, abaixo do seu valor real, e com isenções do pagamento de taxas de urbanização. -----

No entanto, a CM, desde o início da promoção das ZIs, na década de 80 do século passado, tem evidenciado incapacidade para as gerir de acordo com os seus objetivos e com as regras de boa gestão, desvirtuando os fins para as quais as mesmas foram criadas. -----

Na verdade na Assembleia Municipal de 12/12/1986, já a deputada municipal do PCP (Manuela Silva, a quem faço aqui uma respeitosa referência) alertava para estes incumprimentos. E na reunião de Câmara de 17/02/1997, deliberou-se fazer um cadastro dos compradores que não estavam a respeitar as condições de venda dos lotes, a fim de se fazer cumprir o previsto nos regulamentos. -----

No entanto a CM continuou de braços cruzados, não fazendo cumprir os Regulamentos, o que



acabou por permitir a especulação desenfreada com a comercialização dos lotes. Disso se ressentiram muitos empresários que, por força dessa situação se viram obrigados a instalar-se noutros concelhos. Por esse motivo, mais tarde, já na reunião da CM de 16/11/1998, os vereadores do PS decidiram solicitar a intervenção da Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL), através de um documento de que fui primeira subscritora, para que aquela Inspeção Geral tomasse as medidas conducentes ao cumprimento do previsto na lei e nos regulamentos. Do relatório da inspeção realizada pela IGAL às ZIs, consta a recomendação à CM, para que fizesse cumprir, rigorosamente e sem qualquer atraso injustificado, a sua deliberação de 11/06/2007 e que desse conhecimento àquela Inspeção-Geral, de 3 em 3 meses, da respetiva evolução do processo relativo às ZIs em causa, demonstrando, assim, estar empenhada em respeitar os princípios da atuação da administração pública, da legalidade, da prossecução do interesse público com respeito pelos direitos dos particulares, da boa-fé e da proporcionalidade. -----

É de sublinhar que da referida deliberação camarária de 11/06/2007, consta a definição de uma metodologia para resolução das irregularidades detetadas nas ZIs, com a nomeação de uma equipa técnica multidisciplinar que ficou incumbida de apresentar soluções, devidamente fundamentadas, para resolver as irregularidades encontradas. -----

Ou seja, há décadas que se arrastam as mesmas soluções que agora e mais uma vez se estão a apresentar, em detrimento do tão propalado crescimento económico e emprego criando sérias dificuldades aos nossos empresários. -----

Mas Srs. Presidentes da AM e da CM, caros colegas, impõe-se esclarecer: -----

1. Poderá a Câmara Municipal revogar as suas próprias deliberações ocorridas em 2006, 2007, 2008 e 2009, que definiam e entretanto voltavam a alterar, o procedimento para resolver as várias irregularidades detetadas nas ZIs do concelho, na sequência do inquérito realizado pelo IGAL que, determinou e repito, que a Câmara Municipal fizesse cumprir, rigorosamente e sem qualquer atraso injustificado, a sua deliberação de 11/06/2007 e que desse conhecimento àquela Inspeção-Geral, de 3 em 3 meses, da respetiva evolução relativo às ZIs em causa? Temos sérias e fundadas dúvidas! -----

2. Mais, porque motivo ainda não foi cumprido o imposto pela inspeção da IGAL e com o qual a CM se comprometeu pela deliberação de 11/06/2007 e que agora quer revogar, exatamente com fundamento nos mesmos princípios que a IGAL condenou a CM a resolver



D.
M.
S.F.

as irregularidades detetadas? -----

3. Mas ainda é imperioso que seja esclarecido, porque nada é dito na proposta ora em discussão:-----

a. Quais e quantos lotes estão em causa? -----

b. Quando foram vendidos esses lotes e porque não foram cumpridos os regulamentos? -----

c. De quem é a responsabilidade pelo incumprimento? -----

d. De que custo/benefício estamos a falar quando ainda não foi dado início a qualquer construção?-----

e. Porque não se acionou já o direito de reversão, para que, efetivamente, outros empresários interessados possam lá construir as suas empresas e gerar a tão necessária riqueza e emprego?

No dia 27 de abril corrente, enviei requerimento à Câmara Municipal a solicitar informação sobre as muitas dúvidas que carecem de esclarecimento nomeadamente, quanto à localização e identificação de todos os lotes em causa e respetivos adquirentes, datas da sua aquisição e que me fossem facultadas fotocópias dos contratos celebrados entre a Câmara Municipal e os adquirentes dos referidos lotes. Em resposta a CM não indica dois elementos essenciais: a data da aquisição dos lotes, nem envia as fotocópias dos contratos, alegando a grande quantidade de folhas. -----

Fiquei a saber que existem 16 lotes que ainda não têm a situação regularizada, que as datas de algumas escrituras se reportam aos anos 90. No entanto tudo o mais fica por esclarecer, e é essencial. -----

Na verdade em 2012, do relatório enviado à IGAL, na sequência das recomendações da ação inspetiva anteriormente referida, a CM disse que num universo de 20 casos que se encontravam por resolver, foram resolvidos 11 e encontram-se em vias de resolução os restantes 9 e que tinham sido notificados todos os proprietários dos lotes sem construção, para darem início ao respetivo licenciamento da obra, sob pena de ser acionado o mecanismo da reversão com recurso ao Tribunal.-----

Então como é possível que da lista que me foi facultada ontem pela CM ainda lá conste 7 dos 9 lotes que a CM informou a IGAL, em 2012, que estava em vias de resolução, se não pela via negocial, com recurso aos Tribunais para exercer o direito de reversão? -----

E agora pretende revogar as deliberações que resultaram da ação inspetiva do IGAL para continuar a adiar a resolução destas situações como têm feito pelo menos desde 1986? É desta



forma que quem tanto apregoa rigor e exigência defende a criação de riqueza e emprego? -----
Por tudo o exposto, não pode o GM/PS votar favoravelmente esta proposta, assumindo que irá obter todos os esclarecimentos que se impõe recolher junto das entidades competentes, de forma a garantir que serão criadas as condições para que quem queira comprar lotes nas ZIS do concelho de SMF o faça no respeito pelos princípios da legalidade, igualdade e transparência, criando mais emprego e riqueza para todos nós.” -----

Interveio o membro *Domingues Pereira* (PSD) que começou por dizer que a incumbência da Câmara e da Assembleia Municipal é a prossecução do interesse público, salientando que esse interesse pode ser renovado em função da alteração da realidade e, nessa medida, o Município quer formar uma nova vontade para dar continuidade à prossecução do interesse público. ---
Referiu que a indústria do Concelho dos anos 70 e 80 é completamente distinta da dos anos 90 e do Séc. XXI, ressaltando que quando se regula é para o futuro, projetando as necessidades em termos de captação de investimento e que tipo de indústria é expetável que se venha a instalar no Concelho. -----

Disse que nos anos 80, quando havia um forte crescimento económico, bem como especulação imobiliária, surgiram alguns problemas neste contexto, fazendo sobressair que se se procurasse, agora, a solução desses problemas, a mesma estaria desfasada no tempo, comentando que adotar essa postura seria adotar a postura dos Velhos do Restelo. -----

Reafirmou que o Poder Local tem de tomar deliberações para prosseguir o interesse público, dizendo que a entidade inspetiva pode ter, em determinado caso, entendido que era preciso dar cumprimento às deliberações, ou fazer mais isto ou aquilo, mas que se for do interesse do Concelho alterar o regulamento das zonas industriais, não exercendo a reversão nos casos de incumprimento e dando aos empresários um novo prazo para que, num último esforço, possam construir as suas infraestruturas, entende que tal deliberação é a prossecução do interesse público municipal. -----

Salientou que mais importante do que obedecer cegamente a um relatório que reporta aos anos 80 é o Município posicionar-se para o futuro, questionando o que precisam os seus empresários e qual a solução para as zonas industriais do Concelho. -----

Disse, nessa medida, parecer-lhe sensata a proposta da Câmara, que atenta à realidade económica, que percebe as dificuldades dos empresários do Concelho, dando-lhes uma



5.
H/A
ref.

possibilidade de poderem retomar e relançar as suas atividades, as suas empresas e, com isso, criar emprego. -----

Salientou que, no seu entendimento, não estava em causa uma discussão retroativa de realidades, mas sim perceber o que é importante para o futuro do Concelho, frisando que a medida da Câmara de dar até a possibilidade às empresas que não conseguirem cumprir de, conseguindo a Câmara vender os terrenos, serem restituídas do dinheiro que haviam pago, é uma medida importante e de clemência por parte da Câmara, tendo em conta o momento que se atravessa. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Domingues Pereira deu nota que o grupo municipal do PSD votava favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente Câmara* que começou por dizer que o membro Domingues Pereira fez o enquadramento certo da questão, destacando ainda que a proposta em causa foi feita pelos juristas e que isso dá garantia jurídica. -----

Disse que a discussão deste assunto lhe fez lembrar uma situação que viveu há anos, era ainda um jovem, em que achava, perante a oferta de um cargo de responsabilidade na empresa, que não tinha as competências certas até porque não era a sua área de formação, e que o que lhe foi dito, nessa altura, foi que a qualidade mais importante para se ser um bom chefe e um bom líder era o bom senso. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 27, CDS-PP, Ind., PS: 1 – Augusto Santos), 15 votos contra (PS: 14, BE) e 1 abstenção (CDU), aprovar o procedimento proposto na deliberação camarária de 20 de abril de 2015. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão. -----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 02,15 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----



O Presidente,

António José Fernandes

O 1.º Secretário,

Luís António Fernandes dos Santos

O 2.º Secretário

Mário José da Costa Ribeiro
